

ALDÂNIA MARIA DE MELO LIMA SOARES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IBIAPABA: NOVAS
PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO
NO ESTADO DO CEARÁ – BRASIL**

Orientadora: Dra.Marisa Pascarelli Agrello

Co - Orientador: Prof. Dr. José Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa
2019

ALDÂNIA MARIA DE MELO LIMA SOARES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IBIAPABA: NOVAS
PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO NO
ESTADO DO CEARÁ – BRASIL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Educação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho Reitoral nº 137/2019 de 08 de maio.

Presidente: Prof.^a Doutora Rosa Serradas Duarte

Arguente: Prof.^a Doutora Alexandra Aníbal

Orientadora: Prof.^a Doutora Marisa Pascarelli Agrello

Co - Orientador: Prof. Doutor José Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa
2019

“A história do ensino médio no Brasil é marcada pelo enfrentamento da ambiguidade de um nível de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação geral e a profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período de governo atendendo aos interesses e necessidades do mercado.”

Kuenzer (2010)

AGRADECIMENTOS

É justo reconhecer que o caminho que percorri até aqui não foi fácil, muitos percalços existiram. Muitas vezes sentia que não conseguiria, pois, as intempéries da vida insistiam em me parar. Contudo, as diversas leituras, os finais de semana de estudos, a emoção de querer aprender sempre eram o combustível para que eu prosseguisse e vencesse.

Este acervo, os escritos, as anotações e o trabalho em si tem uma participação especial de pessoas que esbarraram em mim em algum momento do caminho para contribuírem de alguma forma; orientando, acompanhando, incentivando, ouvindo e falando dicas, deixas para abrilhantar mais ainda meu acervo acadêmico.

Aos meus mestres, pela grandeza da construção do conhecimento em sala de aula, pelas orientações fundamentais para a execução deste acervo, em especial, as professoras Dras. Chrislene Cavalcante e Marisa Pascarelli.

À uma querida amiga, Elisa Rodrigues que tanto torceu por mim e que me ajudou em todo o percurso do curso.

À minha irmã de coração Iara Pereira pelo acolhimento em seu lar sempre que precisei para estudar, relaxar e me recuperar do cansaço.

À minha mãe, Corrinha Lima, a ceifa geradora dos meus valores éticos, morais e culturais. A inspiradora do meu trabalho educacional enquanto construtora do saber e aprendiz das ações que emana a educação.

Aos meus filhos amados, Stephanie Lara, Demontier Filho e Lucas Matheus oxigênio da minha existência, razão do meu esforço, muitas vezes, além da minha capacidade de suportar.

Ao meu amor, Noronha, pela parceria incondicional que me fortalece e motiva sempre para prosseguir na caminhada do saber.

Aos meus amados alunos que tanto torceram por mim e me ajudaram a não fraquejar nos momentos difíceis.

RESUMO

Soares, A. M. M. L. (2018) **Educação Profissional na Ibiapaba: Novas Perspectivas para o Mercado de Trabalho no Estado do Ceará-Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

A presente dissertação tem por objetivo compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba, buscando em suas falas, como percebem a interdisciplinaridade e a integralidade nas escolas pesquisadas e a inserção dos alunos no mercado de trabalho. A Educação Profissional foi implantada no Estado do Ceará-Brasil no ano de 2008, objetivando disponibilizar aos jovens uma educação de qualidade, além de oportunizar à sociedade profissionais com qualidade e com competência eficaz para desenvolver várias funções na economia e consequentemente no mercado produtivo. A partir do estudo realizado, da análise das entrevistas e dos documentos institucionais, podemos concluir que a organização curricular está estruturada na integração dos conteúdos das disciplinas entre as áreas técnica e geral, desenvolvidos de forma interdisciplinar pela pedagogia de projetos, havendo dessa forma a integralidade dos conhecimentos conferindo sentido de unidade para os educandos.

Palavras-Chave: Ensino Profissionalizante, Ensino Médio Integrado, Integração Curricular, Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Soares, A. M. M. L. (2018) **Professional Education in Ibiapaba: New Perspectives for the Labor Market in the State of Ceará-Brazil**. Master's Dissertation, Lusófona University of Humanities and Technologies, Lisbon.

The aim of this dissertation is to understand the teachers' perception about curricular integration in the Integrated High School of the Serra da Ibiapaba, searching in their lines, how they perceive interdisciplinarity and comprehensiveness in the schools studied and the students' insertion in the job market. The Professional Education was implemented in the State of Ceará-Brazil in 2008, aiming to make available to young people a quality education, as well as to provide society with professionals with quality and with effective competence to develop various functions in the economy and consequently in the productive market. From the study carried out, from the analysis of interviews and institutional documents, we can conclude that the curricular organization is structured in the integration of the contents of the disciplines between the technical and general areas, developed in an interdisciplinary way by the pedagogy of projects, thus having the integrality knowledge giving a sense of unity to learners.

Key-Words: Vocational Education, Integrated Secondary Education, Curriculum Integration, Labor Market.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Minhas primeiras palavras	15
	16
Importância do Estudo	
Apresentação do Problema	16
Objetivos do Estudo	17
Plano Geral do Estudo	18

CAPÍTULO 1: Percurso Teórico da Pesquisa

1.1 Educação Profissional no Brasil	21
1.1.1 Percurso Histórico	22
1.1.2 Plano Nacional de Educação	24
1.2 Educação Básica e Educação Profissional	26
1.3 A Legislação Educacional	27
1.3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996	27
1.3.2 O Decreto 2.208/97	30
1.3.3 O Decreto 5.154/04	34
1.3.4 A Lei 11.741/08	36
1.4 A Educação Profissional e Tecnológica	38
1.4.1 O Mundo do Trabalho	38
1.4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	40

CAPÍTULO 2: Escolas Profissionais de Educação Pública no Ceará

2.1 Percurso legal	43
---------------------------	----

2.2 Legislação	44
2.2.1 Programa Brasil Profissionalizado no Ceará	47
2.3 O Projeto de Ensino Médio Integrado	48
 CAPÍTULO 3: Escolas Estaduais de Educação Profissionais da Região da Ibiapaba	
3.1 O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	51
3.2 As Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio da Serra da Ibiapaba	57
3.2.1 Cursos Técnicos da Serra da Ibiapaba	60
 CAPÍTULO 4: Fundamentação Teórica da Pesquisa	
4.1 Trabalho, Educação e Capital	68
4.1.1 Teoria do Capital Humano	68
4.1.1.1 Fundamentos da Teoria do Capital Humano	69
4.1.1.2 Teoria do Capital Humano e Educação	71
4.2 A Formação Humana no Ensino Médio Integrado	73
4.2.1 Interesse do capital na formação humana	75
4.3 Articulação do Ensino Médio ao Profissionalizante	76
4.3.1 A concepção	77
4.3.2 A organização curricular	78
 CAPÍTULO 5: Metodologia da Pesquisa	
5.1 Tipos de Pesquisa	81
5.2 Natureza da Pesquisa	82
5.3 Lócus da Pesquisa	83
5.4 Sujeitos da Pesquisa	84

5.5 Instrumentos da Pesquisa	85
5.6 Etapas da Pesquisa	86
5.7 Credibilidade dos Dados	87
	82
CAPÍTULO 6 – Análise e Discussão dos Resultados	
6.1 Análise Documental	89
6.2 Análise do Conteúdo	93
6.3 Reflexões das Entrevistas	94
6.3.1 A percepção e as falas dos sujeitos	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
INVESTIGAÇÃO FUTURA	118
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXOS	131

Lista de Abreviaturas e Símbolos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEB – Câmara de Educação Básica

CEE – Centro de Ensino Experimental

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CENTEC – Centro de Ensino Tecnológico

CES – Câmara de Educação Superior

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CENTEC – Centro de Educação Tecnológica do Ceará

CNTC – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

EAD – Educação à Distância

EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMI – Ensino Médio Integrado

EMIEPT – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica

EMT – Ensino Médio Técnico

EPs – Escolas Profissionais

ETF – Escolas Técnicas Federais

ET – Ensino Técnico

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OBMEP – Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

OBA – Olimpíadas Brasileira de Astronomia e Astronáutica

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PEA – População Economicamente Ativa

PL – Projeto de Lei

PNADIBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSS – Processo Seletivo Simplificado

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

RE – Regimento Interno

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SEDUC – Secretaria da Educação Básica do Ceará

SEFOR – Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SESCOOP – Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo

SISTEC – Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica

SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará

TESE – Tecnologia Empresarial Sócio Educacional

TI – Técnico Integrado

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Lista de Quadros

Quadro 1: Oferta de cursos técnicos e quantitativo de matrículas realizadas nos anos 2008 a 2014.	52
Quadro 2: Os 12 Eixos Tecnológicos com suas respectivas abrangências e competências.	56
Quadro 3: Indicadores Educacionais no Ensino Médio nos Municípios de Ibiapaba – 2011/2016	59
Quadro 4: Cursos Técnicos com suas respectivas cargas horárias e a infraestrutura recomendada.	62
Quadro 5: Cursos Técnicos com as suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.	65
Quadro 6: Ações Pedagógicas das Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio.	91

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa dos Municípios da Serra da Ibiapaba.	58
Figura 2: Cidades do Municípios da Serra da Ibiapaba.	84

INTRODUÇÃO

Minhas primeiras palavras

“O sertão nordestino, como um espaço geográfico, um estado de espírito, uma condição sensível e uma expressão cultural, tem, na vida animal e vegetal, uma natureza distinta que forma os elementos simbólicos da cultura, manifestados na forma de ser, de pensar, de agir, de sentir e de mover-se, como uma condição existencial que mostra a relação do homem com a terra.”

Patativa do Assaré (2000)

A Educação Profissional surge no Século XIX no Brasil decorrente da necessidade de desenvolvimento de perspectivas socialista que visava a formação da consciência de classe do proletariado. O contexto de lutas empreendidas pela classe trabalhadora contra diversas formas de exploração foi determinante e resultante de variáveis vinculadas à questão do ensino, e às relações de produção do capitalismo (Frigotto,2004).

Para Kuenzer (2012), a educação articulada ao trabalho surge com a marca de preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo do capital nas funções técnicas localizadas nos níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional com objetivo de criar cursos que garantissem perspectivas de trabalho e crescimento econômico.

A nossa historiografia apresenta a educação voltada para a profissionalização como fomentadora da divisão de classes. Nosso país tem uma sociedade partida economicamente por classes antagônicas decorrente do dualismo do processo educacional implantado pelo Estado, demarcando as ações do e para o trabalho e as decisões burocráticas administrativas terciárias.

Hoje, o sistema de Ensino Médio Integrado da Educação Profissional agregado à Lei de Diretrizes e Bases do MEC em 2006 é uma ação política do governo federal para articular o ensino médio com a educação profissional, fortalecendo as redes estaduais por meio do repasse de recursos públicos com vistas na criação, modernização e expansão das unidades educacionais públicas.

Atualmente no Estado do Ceará, o Ensino Médio Integrado da Educação Profissional atendeu e atende milhares de alunos em 20 municípios, criando oportunidades de emprego para os jovens cearenses solucionando a falta de mão-de-obra qualificada no mercado local promovendo desenvolvimento sustentável e ampliação de renda.

Pesquisar sobre a Educação Profissional na Ibiapaba: Novas Perspectivas para o Mercado de Trabalho no Estado do Ceará-Brasil, dá maior amplitude para compreender a educação pública de qualidade como direito de todos, criando condições para se estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho contemporâneo, a sociedade e a academia, proporcionando o entendimento do atual cenário social brasileiro, buscando estabelecer sua relação com o contexto de seu surgimento em nível nacional.

Importância do Estudo

Este estudo é uma contribuição de reflexão à temática , discutindo os avanços frente às experiências concretas do ensino técnico e médio no Estado do Ceará. A pesquisa tem a pretensão e ousadia de centrar na dificuldade de uma formação humana integral e crítica dos jovens nordestinos inseridos nesta modalidade de ensino na esfera pública, imersos em um sistema capitalista tardio com uma perversa concentração de renda e cisão social, que solicita incessantemente mão-de-obra barata, entretanto, preparada e produtiva.

Destacamos que há a necessidade de repensar esta última fase da Educação Básica , com seus limites e fragilidades, por isso as reflexões que apresentamos no decorrer do estudo apontam os ganhos, mas salientam frente ao modelo econômico vigente no Brasil os desafios da formação integral humana nesta modalidade de ensino.

Apresentação do Problema

O objeto da investigação é o Ensino Médio Integrado descrito nos documentos oficiais do MEC como uma modalidade de ensino onde há a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo.

No documento do MEC denominado Referenciais Normativos, Pedagógicos, Operacionais e Financeiros Nacionais Para a Articulação do Ensino Médio Integrado (2009:20),

o trabalho, como ação humana, é o resultado da produção social, cultural e econômica do homem, constituindo instrumento de sobrevivência e inserção no mercado. A experiência do trabalho deve ter significado, permitindo criar e aprender como parte integrante do cotidiano dos cidadãos, no local da ação laboral e de ensino em seus vários níveis e modalidades.

Os documentos oficiais descrevem o Ensino Médio Integrado como sendo uma modalidade de ensino onde há a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo. Entretanto, Baracho (2012) em seus estudos, aponta que os sistemas de educação brasileiro apresentam dificuldades de organizar propostas de cursos que assegurem uma formação ampla, integral e, portanto, humanística, de cultura geral e técnica ao mesmo tempo, sem supremacia de uma sobre as outras, garantindo assim as condições dos estudantes para uma participação efetiva na sociedade em suas dimensões social, política, cultural e econômica, incluindo o mundo do trabalho.

Pelo exposto estabelece a nossa problemática da pesquisa: **como superar a dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual, e a incorporação da dimensão intelectual ao trabalho produtivo, para a formação de trabalhadores capazes de atuar como profissionais e cidadãos?**

Registro que como pesquisadora, minha inquietação busca entender a natureza da nossa dívida com a educação pública, na dimensão qualitativa para as classes populares. Com a formação de historiadora, disponho a entender o tipo de estrutura social que se delineou desde a nossa formação colonial e escravocrata durante séculos e a configuração do projeto de um capitalismo tardio, dependente e perverso para os trabalhadores.

Objetivos do Estudo

Na busca de compreender a integração, entre o ensino médio e a educação profissional no cenário educacional e o seu potencial de inserção no mercado de trabalho da Serra da

Ibiapaba, foram formulados objetivos com a intenção de guiar a pesquisadora na investigação, desde os caminhos teóricos até os resultados a serem alcançados.

Geral:

- **Compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba, buscando em suas falas, como percebem a interdisciplinaridade e a integralidade nas escolas pesquisadas e a inserção dos alunos no mercado de trabalho.**

Específicos:

- **Descrever a construção da integração curricular nas escolas investigadas.**
- **Identificar as competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho.**
- **Verificar a inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho.**

Plano Geral do Estudo

Desta forma, minha inquietude, preocupação e desejo me levou a trilhar um caminho de buscas que se materializou nesta pesquisa que, partindo do marco inicial acima apontado, apresenta a dissertação que se encontra organizada com a seguinte estrutura:

No capítulo 1, Percurso Teórico da Pesquisa, discorreremos brevemente sobre a Educação Profissional no Brasil, a Legislação Educacional e a Educação Profissional e Tecnológica.

No capítulo 2, Escolas Profissionais de Educação Pública no Ceará, contextualizamos o Percurso legal, a Legislação e o Projeto de Ensino Médio Integrado.

No capítulo 3, Escolas Estaduais de Educação Profissionais da Região da Ibiapaba, apresentamos o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e as Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio da Serra da Ibiapaba.

No capítulo 4, Fundamentação Teórica da Pesquisa, conceituamos Trabalho, Educação e Capital, os Fundamentos da Teoria do Capital Humano e a Formação Humana no Ensino Médio Integrado

No capítulo 5, Metodologia da Pesquisa, apresentamos o problema, os objetivos, o tipo, a natureza, o lócus, os sujeitos, os instrumentos e as etapas da pesquisa.

No capítulo 6, Análise e Discussão dos Resultados, realizamos a Análise Documental e de Conteúdo das falas e percepções dos sujeitos da pesquisa.

As Considerações Finais, abordam aspectos específicos da investigação conduzindo em seguida ao desfecho, e ou, visão panorâmica das partes que compõem todo conjunto da pesquisa, sendo seguidos por propostas de investigação futura, referências e anexos que mantiveram o fio condutor de todo processo de elaboração da referida dissertação.

CAPÍTULO 1

Percorso Teórico da Pesquisa

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.

Anísio Teixeira (1997)

1.1 Educação Profissional no Brasil

As justificativas de ordem social, econômica e ideológica formam parâmetros de racionalidade política para a necessidade de uma educação profissional para a sustentabilidade da deficiência formativa da força de trabalho em nosso país.

No Brasil especificamente, a política de educação profissional está relacionada diretamente com o processo de flexibilização das relações de trabalho atendendo as exigências das empresas como as competências produtivas demandadas pela modernização do mercado globalizado (Bresser-Pereira, 2011).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2012 :52) historicamente orienta as políticas educacionais brasileiras com um discurso marcadamente perverso, diagnosticando e ressaltando a nossa ineficiência educacional e a inadequada capacitação dos jovens para o mercado de trabalho:

Superar tais problemas é também um objetivo central do Plano de Desenvolvimento da Educação e está respaldado nas diretrizes do Plano Nacional de Educação 2011-2020. O Banco apoiará fundamentalmente os estados e municípios, sem excluir a União e o setor privado, em esforços dirigidos a (i) melhorar a qualidade da educação básica, por meio da formação e capacitação de professores e aperfeiçoamento e maior utilização dos instrumentos de avaliação disponíveis; (ii) expandir a cobertura da educação escolar infantil e ensino médio através da reforma das instituições de ensino, a aquisição e preparação de material didático e qualificação do corpo docente, incentivando a permanência e conclusão desta capacitação; e (iii) assegurar as habilidades necessárias para melhorar as possibilidades de emprego dos jovens, sobre todo o ensino médio (regular e de profissionalização), ao que se agregam iniciativas na esfera do ensino técnico por meio de parcerias público-privadas, promoção de mudanças privadas vinculadas a um maior acesso ao mercado de trabalho.

Apresenta assim, o receituário que segue a linha da caracterização da ineficiência e da positividade das reformas educativas para superá-las.

Nesse contexto, as políticas adotadas para a educação profissional brasileira apresentam um cardápio de cursos e um receituário formativo registrado no catálogo nacional de cursos profissionalizantes ofertados pelas instituições públicas e privadas em todo o país.

1.1.1 Percurso Histórico

No período colonial do país a formação do trabalhador tem seu início com os índios e escravos como aprendizes de ofício. Para as classes mais abastadas era destinado uma educação que reunia preceitos, conhecimentos preliminares e básicos de caráter acadêmico por ser o trabalho manual e artesanal, atividade indigna diante aos olhos da elite.

O Alvará de 1785 proibia a existência de fábricas o que estagnou o desenvolvimento da colônia. Com a vinda da família real portuguesa em 1808, foi criado o Colégio das Fábricas com o objetivo de atender artistas e aprendizes oriundos de Portugal.

Durante o Império, inúmeras iniciativas voltadas à educação profissional foram implementadas, como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865.

Um ano após a Abolição da Escravatura em 1889, a economia essencialmente agroexportadora era mantida por mais de 600 fábricas com aproximadamente 55 mil trabalhadores com a predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

No início do século XX, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, instaura o ensino técnico no Brasil pelo Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906. Foram criadas escolas profissionais que se destinavam-se ao ensino de ofícios para o setor agrícola pois neste período o desenvolvimento industrial praticamente inexistia (Kuenzer, 2012).

Com o início da industrialização em 1930, o governo se preocupa com a formação de trabalhadores para o processo produtivo promovendo uma reorganização nas unidades de ensino profissional conhecidas como Escolas de Aprendizes Artífice.

Neste período ocorre uma expansão marcadamente por uma política com foco na criação de escolas industriais que culmina com a Constituição de 1937 foi a primeira, dentre as constituições do Brasil, a que aborda especificamente o ensino profissional, técnico e industrial.

Na década de 40 ocorre a Reforma Capanema e pelo Decreto-lei n.º 4.422, remodelando o ensino no país:

Nessa nova estruturação do ensino foram criados os cursos médios de 2.º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. Assim, a educação profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, com o mesmo nível e duração do colegial e que, no entanto, não habilitavam para o ingresso no ensino superior” (Escott & Moraes, 2012:1495).

Este é um período que promove o surgimento do Sistema S4 com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o SESC (Serviço Social do Comércio) e o SESI (Serviço Social da Indústria) que impulsionaram a educação profissional.

Na década de 60, o regime militar atendendo as imposições dos interesses externos para um processo de industrialização tardia, estabelece a Lei n.º 5.692, que reformula o ensino do 1.º e 2.º grau impondo o ensino médio profissionalizante para todos que não se concretizou.

Em 1990, foram criadas instituições para promoção e apoio ao desenvolvimento industrial e agrícola no país. O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o SENAT (Serviço Nacional do Transporte), o SESCOOP (Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) que influenciam a Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996), segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando o caráter assistencialista dado até aquela data à educação profissional (Kuenzer, 2010).

Em sequência, o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamenta a educação profissional criando o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP que tinha como objetivo integrar a educação com o trabalho, a ciência com a tecnologia fortalecendo o

conceito dual da educação, em propedêutica e profissional.

Na entrada do século XXI, o Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, foi inserida a educação na modalidade a distância, como uma metodologia diferenciada para o ensino profissional onde os recursos das tecnologias da informação e comunicação, possibilitaria a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem.

Em 2008, uma nova redação definiu que a educação profissional seja integrada às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia pela Lei n.º 11.741 nos artigos 39 e 42. Os cursos técnicos de nível médio podem assumir diferentes formatos: integrado, que inclui formação profissional e ensino médio em um único curso; concomitante, com cursos distintos ao mesmo tempo; e subsequente, que corresponde à formação profissional após conclusão do ensino médio.

Desta forma, a educação profissional se diferencia tanto da educação formal quanto da não formal, constituindo uma terceira via no processo de desenvolvimento da pessoa.

Em 2011, a Lei n.º 12.513 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em seu artigo 20 amplia o número de cursos profissionais autorizando a criação de instituições de educação profissional e técnica de nível médio. A ampliação integra os serviços nacionais de aprendizagem com o sistema federal tendo como foco a formação inicial e continuada, sendo da União a competência de regulação, supervisão e avaliação da rede de ensino.

Essa lei foi alterada pela de nº12.816/2013, que ampliou o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec

Pelo exposto, deduzimos que a educação profissional e tecnológica em seu percurso vem assumindo papel estratégico para o desenvolvimento econômico do país, atendendo a diversos públicos, em diferentes áreas da produção contribuindo para o crescimento do setor produtivo.

1.1.2 Plano Nacional de Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu artigo 9.º, inciso I, que é atribuição da União elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O segundo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 13.005, em 2014, para o período de 2014-2024, apresenta 20 metas e 254 estratégias. Especificamente, as metas, 3, 8, 10 e 11 estão relacionadas com o desenvolvimento da educação profissional.

A meta 3 estabelece a necessidade de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento” (Brasil, 2014: 10).

A meta 8 tem como proposta a elevação da escolaridade da população do campo e dos vinte e cinco por cento mais pobre dentro da faixa dos dezoito aos vinte e nove anos. Este marco é estimado para ser alcançado até 2024 com no mínimo de dez anos de estudo formal (Brasil, 2014: 35).

A meta 10 estabelece a oferta de “no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (Brasil, 2014: 37).

A meta 11 trata especificamente da educação profissional técnica de nível médio, no sentido de triplicar as matrículas para atingir pelo menos cinquenta por cento da expansão do segmento público, primando pela qualidade da oferta (Brasil, 2014: 38).

O Plano Nacional de Educação apresenta diversas estratégias para o fortalecimento da educação profissional como a oferta de estágios, financiamento em instituições privadas estabelece, ainda, a estratégia de ampliar: a oferta do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular; de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico; de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior.

Para a concretização da meta na educação profissional há necessidade de estruturar o sistema nacional de informação profissional, para articular a oferta ao mundo do trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. Em meio a um contexto marcado por desafios diversos, é alentador verificar que governo, estado, e escolas têm empreendido no sentido de promover o direito à educação dos jovens, incluindo habitantes de territórios marcados por vulnerabilidade social e econômica.

1.2 Educação Básica e Educação Profissional

O espaço escolar é institucionalmente importante para a formação humana, entretanto, não único, pois segundo Manacorda (2007) os interesses em torno da formação humana não nascem nem se encerram no sistema educacional.

Conforme Marx (2006) e Manacorda (2007) a necessidade vital de produzir a própria existência por meio do trabalho é determinante para que os seres humanos dominem os conhecimentos e as práticas sociais necessários a essa produção, ou seja, se formem, se humanizem, não obrigatoriamente em instituições especificamente destinadas a esse fim.

Desta forma, a escola se apresentou inessencial para a massa atendendo aos interesses de uma determinada classe, a dos dirigentes. Entretanto, hoje com o desenvolvimento das forças produtivas, com base na ciência, na técnica e na tecnologia sob a hegemonia do capital, a unidade escolar é essencial à inserção no mercado (Manacorda 2007).

Para Kuenzer (2010) a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada e dos meios de produção demanda a divisão entre trabalho intelectual e manual como estratégia de subordinação, fazendo com que se demande um sistema educacional classista, que separa cultura geral e cultura técnica, em escolas que formam seres humanos unilaterais, mutilados, principalmente os das classes subalternizadas.

Em uma movimentação secular entre o capital e o trabalho, que são forças correlatas que avançam e recuam mantendo hegemônico o capital os perfis profissionais propostos pelo setor produtivo para o novo mundo do trabalho apresenta características muito vinculadas à formação geral do trabalhador, no sentido de que ele tem que ter uma forte base humanística, científica e tecnológica e competências para tomada de decisão, para o trabalho em grupo e para se adequar às constantes mudanças que se processam no mundo do trabalho.

Assim a educação profissional precisa ser, portanto, sempre complementar à educação básica, tanto no nível básico onde o aluno pode até não ter a escolaridade obrigatória completa, mas deve desenvolver suas habilidades básicas e ser estimulado à conclusão do ensino fundamental regular, quanto nos níveis técnico ou tecnológico, para os quais é exigida a conclusão do ensino médio.

1.3 A Legislação Educacional

1.3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996

De forma similar ao tramite que resultou na primeira LDB, a de 1.961, no processo mais recente de onde emergiram a Carta Magna de 1988 e a atual LDB, a de 1996, o país saía de um período ditatorial e projetava a reconstrução do Estado de Direito.

No âmbito da educacional, o maior conflito gerador de grande e acirrada polêmica no cenário político, era a propalada educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. Advogavam educadores e cientistas sociais que independente da classe social e econômica, etnia ou credo, o Estado deveria prestar serviços universais neste campo atendendo exclusivamente os interesses da população e do plano de governo (Brasil, 2007).

Desta forma, conforme garantido pela CF de 1988 e ratificado pela LDB de 1996¹, o embate atenderá aos interesses e a lógica do mercado, permitindo à iniciativa privada atuação irrestrita na educação em todos níveis e segmentos.

Na elaboração da nova LDB em 1996, a dualidade entre a formação técnica e a humanista gera mais conflitos nos segmentos finais da educação básica e na profissional. Grupos defendiam a formação profissional integrada ao ensino médio (2º grau) contemplando os múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, entretanto o projeto aprovado tratava da seguinte forma:

a educação escolar de 2º grau será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes à formação politécnica necessária a compreensão teórica e pratica dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005:25).

Seguindo esta linha argumentativa, o segundo grau (ensino médio) seria orientado em recuperar a relação entre conhecimento científico e prática para o trabalho, estabelecendo a parceria entre a ciência e o processo produtivo que move a sociedade e o mercado impulsionando o processo produtivo.

1 Análises mais profundas sobre a questão educacional brasileira na Constituinte de 1988 e na LDB de 1996 podem ser encontradas em Favero, O (1999). A educação nas constituintes brasileiras (1823--1988). São Paulo: Autores Associados, 1999.

Assim, esta modalidade de ensino proporcionaria aos alunos domínios dos princípios e diversidade das técnicas utilizadas no processo de produção e não ocorrendo adestramento com e nas técnicas produtivas. Desta forma, não se deveria propor que o ensino médio profissionalizante formasse técnicos em diversas especializações, mas sim politécnicos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005:35).

A politécnica, estaria neste contexto segundo Saviani (2003:140) relacionando-se com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno. De acordo com a referida posição, a educação particularmente o ensino médio, propiciaria aos alunos a possibilidade de reconstrução dos princípios científicos gerais sobre os quais se alicerçam os inúmeros processos e técnicas que sustentam os sistemas de produção em cada período histórico.

A formação integral gradativamente foi se perdendo decorrente ao grande embate entre educação pública e privada. Uma correlação perversa para a sociedade e os menos favorecidos que dependem de uma formação de qualidade para sua inserção no mercado de trabalho. Em 1996, o Congresso Nacional consolida a dualidade e a última etapa da educação básica se denomina ensino médio e a profissionalização de educação profissional.

O texto da lei é ambíguo com relação ao ensino médio que está expresso no capítulo II no campo da educação básica e a educação profissional separada e inclusa no capítulo III descrita por três pequenos artigos, demonstrando assim a sua pequena importância na época para os legisladores.

A LDB (1996) estrutura a educação no Brasil em dois níveis, básica e superior. Entretanto a profissional não está incluída em nenhum dos níveis, e a sua não localização está expressa em um texto que assume uma concepção dualista que a posta fora da estrutura educacional brasileira da forma regular, considerada como algo que vem em paralelo ou como um anexo.

No § 2o do art. 36 da Seção IV do Capítulo II, o ensino médio é referido como aquele que atende a uma formação geral podendo preparar o educando para o exercício técnico de uma profissão.

No art. 40 do Capítulo III da LDB (1996) é estabelecido que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Em nosso entendimento, os cursos podem ser ofertados no ambiente de trabalho sem que o aluno trabalhador tenha que necessariamente transitar entre o espaço escolar e o laboral.

São emblemáticos o § 2º do art. 36 da Seção IV do Capítulo II e o art. 40 do Capítulo III da LDB (1996) pelo seu caráter minimalista e contraditório com relação a articulação entre o ensino médio e a educação profissional evidenciando em seus dispositivos legais a completa desarticulação entre eles.

Destacamos a nítida intenção na redação dos referidos trechos da LDB (1996), objetivando consolidar a cisão entre o ensino médio e a educação profissional. Antes da aprovação e promulgação da própria LDB no Congresso Nacional tramitava o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que ficou conhecido como o Projeto de Lei 1.603 que indicava essa separação para atender aos interesses segregacionistas da elite brasileira.

O Projeto de Lei 1.603, em sua redação continha dentre outros aspectos, a obrigatoriedade da separação do ensino médio do profissionalizante. A proposta encontrou uma ampla resistência por parte de diversas correntes políticas no Congresso Nacional, gerando uma significativa mobilização contrária nos setores da sociedade principalmente das comunidades acadêmicas e de pesquisas das instituições públicas federais e estaduais que imprimiram uma efetiva resistência.

A resistência surtiu efeito e com a aprovação da LDB (1996) no Congresso Nacional, o governo recua, entretanto, poucos meses à frente redita a redação dos artigos 36 – ensino médio – e 39 a 42 – educação profissional – pelo Decreto 2.208/97.

Assim, o conteúdo do Projeto de Lei 1.603/96 praticamente foi contemplado pelo Decreto 2.208/97, alcançando o intuito de políticos que atendiam a setores da sociedade, que desejavam separar e diferenciar o ensino médio da educação profissional sem que fosse

necessário enfrentar a comunidade acadêmica no desgaste de tramitar um Projeto de Lei ao qual havia ampla resistência.

1.3.2 O Decreto 2.208/97

As ações implantadas no ensino profissionalizante pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) estabelecido pelo Decreto 2.208/97 ficou conhecido como a Reforma da Educação Profissional.

Nesse cenário, legalmente o ensino médio retoma o sentido essencialmente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, ficam obrigatoriamente desvinculados deste segmento de ensino sendo oferecidos de duas formas. Primeiro de forma concomitante, o aluno pode cursar ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo ser realizados na mesma instituição denominado de concomitância interna ou realizados em diferentes instituições designadas como concomitância externa. A segunda forma é a sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio.

Na visão de Cunha (2008:70):

O Decreto 2.208/97 ao pretender ampliar as oportunidades para a Formação Técnica e Profissional, acaba por dificultar o acesso a esse tipo de escolaridade a partir da população que mais se beneficiaria dela: o grande contingente de jovens provenientes das camadas populares, que trabalham durante o dia e frequentam o Ensino Médio Noturno. Para essa grande maioria, a dupla jornada escolar – concomitante ou sequencialmente – requerida para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, é uma exigência irreal.

Contudo, para a implantação das ações referidas no Decreto 2.208/97, que estabeleceu as bases da reforma da educação profissional, o Governo Federal precisou negociar um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse financiamento foi materializado através do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Embora houvesse uma crítica em relação a essa lógica privatizante que transferiu grande parte do patrimônio público nacional para a iniciativa privada a baixos custos, é possível

reconhecer que a reforma da educação profissional foi extremamente coerente com a lógica neoliberal que a patrocinou, de maneira que ao ser analisada a partir dessa perspectiva, revelasse muito eficiente quanto a transferência, mas ineficiente quanto a implantação da política, pois as denominadas escolas comunitárias não conseguiram se efetivar como previsto. A maioria delas hoje foi retomada pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo transformadas em unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica²

A composição desta rede de educação foi estruturada no ano seguinte, de acordo com Arruda (2010) foi através da promulgação da Lei n. 11.892/2008 que menciona:

No artigo 1º da Lei 11.892/2008 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta: pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais e pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. (Arruda, 2010:14).

Destacamos que a elegibilidade tem critérios bem coerentes e afinados com a reforma da educação profissional. Desta forma, era descartado qualquer proposta relacionada com a separação do ensino médio da educação profissional e muito menos o afastamento definitivo das instituições federais da educação básica.

Seguindo nesta orientação, a Portaria 646/97 estabelece que a partir de 1998 a oferta de vagas para o ensino médio em cada instituição federal deveria corresponder a, no máximo, 50% das vagas ofertadas nos cursos técnicos de nível médio no ano anterior, os quais alinhavam o ensino médio e educação profissional.

A redução da oferta de vagas para o ensino médio determinada pela Portaria 646/97 foi considerada e extremamente criticada como procedimento inconstitucional, entretanto ficou em vigência até 1º de outubro de 2003 quando foi revogada pela Portaria 2.736/03 publicada no Diário Oficial da União.

2 A Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Ressaltamos que não era intenção inicial dos promotores da reforma na manutenção de 50% da oferta do ensino médio na Rede Federal, pelo contrário era eliminar definitivamente a vinculação das instituições federais com a educação básica, a manutenção do referido percentual foi decorrente de um intenso processo de mobilização ocorrido entre abril e maio de 1997, datas de publicação do Decreto 2.208 e da Portaria 646, respectivamente.

Para tratar do segundo aspecto de eficiência da reforma segundo a lógica neoliberal, serão mencionados vários fatos que se fortalecem mutuamente: a LDB de 1996, que homologa e legitima o espaço educacional como locus para o desenvolvimento da economia com foco no mercado; o Decreto 2.208/97, que definiu três níveis para a educação profissional: básico; técnico; e tecnológico, sendo que as ofertas do último integram a educação superior, com carga horaria mínima significativamente menor que as demais carreiras da educação superior. Para não restar nenhuma dúvida de que as ofertas do nível tecnológico pertencem a educação superior, o Conselho Nacional de Educação os define claramente como cursos de graduação (Parecer CNE/CES 436/01, Parecer CNE/CP 29/02 e Resolução CNE/CP 3/02).

Os movimentos sociais e a comunidade acadêmica resistiram duramente a cisão entre ensino médio e profissional com severas críticas ao Decreto 2.208/97 e ao dualismo imposto por decreto, e com nas participações nas Conferências Nacionais de Educação organizadas pelo Movimento de Defesa da Educação Pública e participando nos eventos organizados pelas Comissões de Educação da Câmara de Deputados e do Senado.

Segundo Cunha (2007), a defesa se pautava nas diversas experiências educativas bem-sucedidas desenvolvidas nos anos 90 pelas centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores. As experiências envolviam a integralidade na formação, sendo a educação profissional integrada ao ensino fundamental e ensino médio. Esta condição integral fundamentaria, na primeira década do atual século, diversos programas de EJA integrada à educação profissional e tecnológica.

A cultura brasileira supervaloriza e coloca em um patamar socialmente prestigiado quem possui um diploma superior. Apesar de não haver uma relação direta e linear entre status social e a repercussão econômica conferida ao indivíduo que o possui houve no país

uma disseminação e proliferação na expansão da oferta de cursos superiores de graduação tecnológica na iniciativa privada, sem controles muito eficientes sobre a qualidade dos mesmos. Uma lógica perversa, mas o que importava era o fortalecimento do mercado educacional com a formação de grandes holdings de capital aberto.

Ressaltamos que não estamos colocando em um lugar-comum a expansão dos cursos superiores de tecnologia. Essa oferta comercializada por instituições privadas de ensino tem a educação como mercadoria com valor para consumo, inverso das federais de ensino superior que forma e são concebidas a partir de outra lógica que não é mercantilista com foco na condição pública, gratuita e, em geral de boa qualidade (Brasil, 2007).

O Decreto 2.208/97 de forma isolada não teria abrangência sobre os sistemas de ensino no âmbito estadual apesar da LDB em seu artigo 8, § 1º e § 2º em sua função normativa, conceder aos estados da federação liberdade de organização e legislação em matéria educacional. Entretanto, teve um impacto decisivo decorrente aos empréstimos realizados com o BID para o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional prevista no inciso II, do art. 9º da referida lei.

A abrangência se efetiva decorrente da falta de regularidade de repasse de recursos para a manutenção do ensino médio, porque o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, em sua forma legal não alcança esta etapa da educação básica. Desta forma, os sistemas estaduais de ensino foram compelidos a adesão às diretrizes da reforma imposta pelo Decreto 2.208/97.

A separação da educação de caráter profissional do ensino médio nos estados da federação abre a oportunidade de uma oferta paralela ao sistema de ensino regular. Com a falta de investimentos do governo federal os estados são forçados a manter a oferta de ensino médio para a população com os escassos recursos próprios ou através da adesão aos programas financiados por empréstimos dos órgãos de fomento internacionais.

Especificamente para o ensino profissionalizante nos estados, não havia financiamento disponível do governo federal, não havendo recursos para sua manutenção, contratação e

estruturação do plano carreiras para os professores e demais servidores da educação por estarem as escolas vinculadas ao Programa de Expansão da Educação Profissional.

Todo esse cenário de forças antagônicas proporcionou graves problemas na educação brasileira na última década do século XX. Em todos os níveis de ensino a dualidade entre o médio e o profissionalizante imprimiu uma marca de luta por uma formação de qualidade para a classe trabalhadora.

1.3.3 O Decreto 5.154/04

Em 2003 ao iniciar um novo mandato do Governo Federal³ há a retomada da discussão do Decreto 2.208/97 no tocante a separação de caráter obrigatório entre os ensinos médio e o profissional.

Nos anos de 2003 e 2004 ocorre uma grande efervescência nos debates relativos a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. Essa inquietação foi resultante de uma significativa mobilização dos setores educacionais com vínculos no campo da educação profissional, principalmente os sindicatos e pesquisadores da área trabalho e educação.

Com esse movimento há uma retomada na discussão sobre a educação politécnica, no entendimento de uma educação unitária e universal. Para Saviani (2003) a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica seria com a retomada para o domínio dos conhecimentos científicos com aplicação das diferentes e diversas técnicas que caracterizam o produtivo processo de trabalho contemporâneo sem, no entanto, ter um foco para uma formação profissional restrita, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos.

Dentro desta linha perspectiva, somente após a conclusão da educação básica o aluno poderia definir a escolha por uma formação profissional específica em nível universitário ou não, ou seja, a partir dos 18 anos de idade.

3 Luiz Inácio Lula da Silva, mas conhecido como Lula, foi o trigésimo quinto Presidente do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. Seu antecessor foi Fernando Henrique Cardoso.

Pelo exposto, cabe aqui um espaço de reflexão da possibilidade de implementação da politécnica na educação básica brasileira na perspectiva aqui relatada. Na atual conjectura social há grandes entraves para a instalação da politécnica ou educação tecnológica em seu sentido pleno e concebido, visto que os filhos da classe trabalhadora buscam muito cedo a inserção no mercado objetivando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a auto sustentação, muito antes dos 18 anos de idade.

A politécnica para ser implantada de forma universal e unitária não teria concretamente uma sustentação material decorrente que em nossa sociedade os jovens das classes menos favorecidas ainda na adolescência se inserem no mercado de trabalho em atividades de amparo familiar e/ou pessoal.

As reflexões realizadas nestes períodos levaram ao entendimento e a uma solução transitória, entretanto, viável pois garantiria a integralidade da educação básica. Uma condução didático-administrativa que contemplava ao mesmo tempo o aprofundamento dos conhecimentos ditos científicos que foram produzidos, disseminados e acumulados pela sociedade os associando a uma formação profissional integral. Nesta linha, se adotaria a tecnologia, a ciência, o trabalho e a cultura como eixos estruturantes para o desenvolvimento de uma educação tecnológica ou politécnica, que em duas vias atenderia a uma formação profissional plena exigida pela dura e elitista sociedade brasileira.

Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005:43),

uma solução e transitória que apesar de média ou longa duração foi fundamental para que se avançasse em uma direção em que permitisse aos jovens das classes populares poderem decidir por uma profissão após os 18 anos de idade. Ao mesmo tempo, se tornou viável decorrente do ensino médio ser integrado ao ensino técnico, tendo uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.

O Decreto 5.154/04 posteriormente incorporado seu conteúdo à LDB, pela Lei 11.741/08 foi decorrente da convergência dos interesses dos sujeitos envolvidos nessa discussão. Com isso, foram mantidas as ofertas dos cursos técnicos subsequentes e concomitantes pelo Decreto 2.208/97 e a possibilidade de integrar o ensino médio a educação

profissional técnica de nível médio, não havendo a possibilidade de se confundir com a educação tecnológica ou politécnica.

A partir de 2003, o governo federal realiza uma inflexão das propostas de governos anteriores desenvolvendo, reformulando e elaborando políticas públicas no âmbito do trabalho. Foram esforços para a qualificação e certificação profissional, aprendizagem formal e técnica e formação para a instalação de uma economia solidária, através de uma política nacional da juventude com ações envolvendo trabalho e educação.

Neste percurso, os Ministérios do Trabalho e Emprego e o da Ciência e Tecnologia convergem esforços para a de regulamentação dos cursos superiores tecnologia e dos cursos técnicos de nível médio podendo ser estendido a formação inicial e continuada.

Esse itinerário formativo do trabalhador permite o prosseguimento de seus estudos e ou certificação intermediárias, parciais ou totais sem que signifique o aligeirando da sua formação nem subordinação restrita a dimensão econômica e da sociedade classista.

1.3.4 A Lei 11.741/08

Ao alterar a LDB, a Lei 11.741/08 localiza a educação profissional técnica de nível médio como Seção IV-A do Capítulo II – Da Educação Básica. Essa disposição no texto legal procura ressaltar a concepção de que esses cursos são da educação básica e encontram-se, portanto, no âmbito das políticas educacionais. Além disso, está colocada como seção vinculada aquela que trata do ensino médio, Seção IV, e não como uma sexta seção, após a que trata da EJA, Seção V. Mais do que técnica legislativa, a inclusão de uma Seção IV-A, demonstra a compreensão de que a educação profissional técnica de nível médio é uma das possibilidades de desenvolvimento do ensino médio e não uma modalidade educacional.

O artigo 39 dispõe que a educação profissional e tecnológica será desenvolvida para o “cumprimento dos objetivos da educação nacional”, quais sejam “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º). Para tanto, ela ocorre tanto na educação básica como na educação superior podendo

estar unida a outra modalidade educacional – a educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial e a educação a distância (EAD).

O §1º do artigo 39 traz a possibilidade de a educação profissional e tecnológica organizar-se a partir da metodologia dos eixos tecnológicos, permitindo “*a construção de diferentes itinerários formativos*”. A possibilidade e não a exclusividade permite que os sistemas de ensino adotem outras formas de organização. Porém, a atual regulação da educação profissional e tecnológica, pelos Catálogos Nacionais dos Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores de Tecnologia e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) adotam essa lógica de classificação o que restringe a liberdade dos sistemas. Os eixos consideram para a organização dos cursos as matrizes de tecnologias simbólicas, físicas e organizacionais associadas no desenvolvimento de um determinado produto, bem, processo ou serviço. O que implica o resgate do histórico e da lógica do desenvolvimento dos conhecimentos científicos tecnológicos imbricados nesses conjuntos de tecnologias. Esse mapeamento possibilita a identificação de diferentes formações profissionais que se encontram associadas dentro de uma faixa tecnológica ou mesmo entre faixas, isto é, permite a estruturação de itinerários formativos.

O itinerário formativo é um roteiro de estudos em um planejamento de formação continuada. Descreve percursos formativos de forma intencional e sistemática para que o discente possa cursar no interior de processos regulares de ensino tendo uma formação coesa e contínua, dando possibilidade para a sua qualificação com fins de exercício profissional e/ou prosseguimento de estudos.

O §2º do artigo 39 estabelece os tipos de cursos possíveis na educação profissional e tecnológica: formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A leitura dos artigos 36-A ao 42 explicitam a não vinculação dos cursos de formação inicial e continuada a qualquer dos dois níveis de ensino, o pertencimento dos cursos de educação profissional técnica de nível médio a última etapa da educação básica e da graduação e pós-graduação tecnológica a educação superior.

Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005:98), o disposto no artigo 40 traz alguns questionamentos a partir da afirmação de que,

será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada”. A expressão “em articulação com” remete ao entendimento que a oferta de educação profissional e tecnológica não faz parte do “ensino regular”. Parece que o texto ficaria mais coerente com o disposto no caput do artigo anterior se o legislador tivesse optado pela retirada da palavra articulação, que traz a ideia tanto da possibilidade de seu desenvolvimento no ensino regular como fora dele. A interpretação desse artigo é dificultada ainda pela determinação do local de desenvolvimento dos cursos “em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Os artigos 41 e 42 não trazem novidade ao texto legal, mas vale ressaltar que o disposto no art. 41 é válido para todos os cursos da educação profissional e tecnológica elencados no §2º do art. 39. O que implica a possibilidade de avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimento adquirido no trabalho para a conclusão de estudos, inclusive em nível superior.

1.4 A Educação Profissional e Tecnológica

1.4.1 O Mundo do Trabalho

No mundo globalizado com a evolução do capitalismo, a educação profissional e tecnológica passa a ter suma importância para o desenvolvimento do país. As organizações empresariais estão imersas em um espaço extremamente competitivo e para se manter no mercado com seus lucros incessantes investem em conhecimento e mão de obra cada vez mais qualificada e refinada.

Desta forma, nos discursos oficiais e nas Teorias Econômicas estão sempre presentes a relação entre educação e desenvolvimento por serem variáveis importantes e determinantes para uma saudável e próspera economia e estão intimamente relacionadas ao nível de capacitação e poder de consumo da população.

A etapa da educação básica que corresponde o ensino médio no Brasil, é a grande questão do mundo do trabalho com que se debatem atualmente o sistema educacional. Como

conciliar educação geral e a educação profissional em nossa sociedade que está passando por grandes transformações dos setores produtivos e com uma estrutura obsoleta, embora que haja exceções, quer na sua concepção, quer nas possibilidades de oferecimento de conhecimento e práticas tecnológicas.

Temos observado na vigência deste século que a estrutura educacional brasileira e o modelo de oferta desse segmento de ensino têm se constituído de forma bastante flexível para atender a diferentes situações regionais, considerando tanto as rápidas mudanças tecnológicas e as necessidades e exigências da população como também as tendências regionais e do mercado internacional (Grinspun ,2011).

Conforme Grinspun (2011:30),

a modernidade significa um desafio para o mundo do trabalho, apontando para o futuro com novas propostas, onde a educação profissional se faz presente não como antes, mas sim como a mediação nesse novo tempo. A utilização das modernas tecnologias com sua dimensão interativa mostra que a educação tem de mudar para que o indivíduo não venha sofrer com lacunas que deixaram de ser preenchidas porque a escola só estava preocupada com um currículo rígido voltado para saberes e conhecimentos aprovados por um programa oficial não o preparando para uma inserção no mercado.

Existem profundas divergências quanto ao papel desempenhado pela educação profissional no desenvolvimento do país decorrente dos modelos tradicionais adotados, que são excludentes e não sustentáveis social e ambientalmente. São posições políticas envolvendo uma perversa concentração de renda pela submissão a divisão internacional do trabalho, realizando a dilapidação da força de trabalho, das riquezas naturais, fomentando a competição, promoção do individualismo além da destruição dos valores das culturas das classes populares.

Precisamos defender *outra globalização* na perspectiva dos movimentos sociais que afirmam que *outro mundo é possível*. Isto porque em inúmeras edições do Fórum Social Mundial há a defesa de um desenvolvimento socioeconômico ambiental, onde a inclusão do Brasil seja realizada de forma independente, garantindo individualmente e coletivamente, a apropriação dos benefícios de tal desenvolvimento.

Assim devemos rejeitar a concepção de uma educação salvacionista para o nosso país e a educação profissional e tecnológica como porta da única forma de empregabilidade. Temos que ter entendimento da condição individual necessária ao ingresso e a permanência no mercado de trabalho, como responsabilidade exclusiva dos trabalhadores e com isso trabalharmos com qualidade para este processo cidadão.

Infelizmente a mídia contribuiu divulgando a pretensa relação direta entre qualificação e emprego. Precisamos desmistificar esse eixo das políticas públicas de trabalho, que contribuiu para a atual explosão da oferta de cursos privados de educação profissionalizante.

1.4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram atualizadas e instituídas a partir do Parecer CNE/CEB nº11/2012 e Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com a proposta de superar a dualidade presente na divisão entre Educação Básica e Educação Profissional.

Dessa feita, se faz necessário compreender o significado de ensino médio integrado ou suas diversas nomenclaturas, verificadas em publicações, como por exemplo: Ensino Médio Integrado (EMI); Ensino Técnico (ET); Ensino Médio Técnico (EMT); Técnico Integrado (TI); Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica (EMIEPT).

A legislação balizadora, deste formato de ensino, é a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), determinando que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será “desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica”, portanto, para este estudo, empregarei o termo EMIEPT (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica) para designar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Articulada e Integrada ao Ensino Médio.

O entendimento do termo ‘integração’ colabora no entendimento para além da união do ensino médio com a educação profissional e, também na compreensão da gênese dualista, que consiste na valorização do ensino técnico em relação ao ensino médio, ou vice-versa, sendo

que o ensino integrado, em tese, não prioriza nem um ou outro, mas, simultaneamente, os dois. Portanto, a integração é muito mais que a justaposição de currículos, mas um caminhar unido com objetivos em comum, considerando o aprimoramento do indivíduo como prioridade, e não a demanda do mercado.

Assim sendo, a integração curricular, proposta por Ramos (2012:107), considera que os conteúdos baseados no trabalho, na ciência e na cultura, devem “buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola, de formar para cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia.” Evidenciando, dessa maneira, a inserção profissional em seus contextos imediatos, mediados pela contextualização da formação geral.

Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar “não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade” (Fazenda, 2011:82).

Fica notória na análise histórica, a influência direta das políticas econômicas no direcionamento da educação, com a finalidade de servir a propósitos empresariais do mercado, acentuando a dual estrutura do ensino profissionalizante.

CAPÍTULO 2



Escolas Profissionais de Educação Pública no Ceará

“A universalização do trabalho e da educação é um dos passos indispensáveis para que haja uma essencial transformação social, pois só assim a alienação do trabalho será elidida, sendo mister uma educação que não vise o capital, mas sim a dignidade da pessoa.”

Mészáros, I. (2008)

2.1 Percurso legal

Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) durante o processo de elaboração da atual LDB nº 9394/96, ressurge o conflito da dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Tendo de um lado a formação profissional lato sensu integrado ao Ensino Médio, do outro a formação básica do currículo oficial.

A Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), representa a condição identitária do ensino médio como etapa final de consolidação da educação básica que *dispõe a educação profissional (...) conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*. Contempla nesta lei geral da educação brasileira um capítulo específico sobre educação profissional.

O governo federal publica o Decreto n. 2.208 no dia 17 de abril de 1997, que regulamenta os dispositivos da LDB referentes à ‘educação profissional’, neste regulamento fica definido seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos. Embora, nesta mesma década, não se permitia o desenvolvimento do ensino técnico integrado ao ensino médio e a ‘educação profissional’ fica definida como paralela e complementar à educação básica.

No Estado do Ceará, a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional sinaliza para a consolidação de uma proposta pedagógica que leve o jovem a uma preparação

para o trabalho, oferecendo-lhes possibilidades de construir competências laborais para o exercício profissional.

Portanto, nesse contexto, a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará ao implantar o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional reconhece a necessidade de cada vez mais preparar o nosso jovem para conquistar sua autonomia, sua própria subsistência e com isso alcançar dignidade, respeitabilidade e reconhecimento social como ser produtivo e cidadão (Ceará,2013).

No Estado do Ceará, o projeto de ensino profissional integrado ao nível médio é considerado um dos principais instrumentos da política educacional, mediante a implantação e a expansão das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), sob a coordenação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). A experiência cearense de implantar um ensino com (re)articulação da educação profissional ao Ensino Médio, atendendo às orientações do Decreto nº 5.154/04, teve início no ano de 2008.

Em 2008 o Governo do Estado do Ceará aderiu à proposta do Ensino Médio Integrado instituindo, no referido ano, as Escolas Estaduais de Educação Profissional através da Lei nº 14.273, de 19/12/2008 (Ceará, 2013).

As escolas de ensino médio profissionalizantes do Ceará laboração em tempo integral e tem uma proposta pedagógica específica que contempla em sua formação disciplinas em que os/as alunos/as são estimulados a desenhar seus projetos de vida, a elaborar projeções de futuro, a fazer reflexões de suas posturas diante do mundo e a buscar conhecer a realidade em que vivem. A disciplina Projeto de Vida faz parte da sua Matriz Curricular, assim como outras disciplinas que nesta mesma perspectiva integram os componentes curriculares das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, entre elas: Mundo do Trabalho; Formação para Cidadania; Temáticas, Práticas e Vivências; Projetos Interdisciplinares

2.2 Legislação

Embora já muito comentada anteriormente a legislação, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em 1996, profundas mudanças ocorreram no sistema educacional brasileiro, iniciando, assim, um conjunto de modificações na maneira de pensar e

executar a educação, como consequência, a Educação Profissional Brasileira, também, foi consideravelmente alterada. Esta referida lei, ou seja, LDB contempla, dentro de seus princípios, a integração da Educação Profissional às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Na íntegra, sua redação contempla as seguintes orientações:

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Brasil, 1996).

Neste contexto, a Educação Profissional abre espaço para o regime de colaboração entre instituições e ressurgiu com mais amparo e de forma mais ordenada. Analisa-se os artigos seguintes que fala sobre o desenvolvimento dessa modalidade de ensino, bem como seus critérios de funcionamento:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - Articulada com o ensino médio;

II - Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - Os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - As normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - As exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e

podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Segundo o Projeto de Lei que instituiu essa mudança, sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, foi sancionado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo das alterações na LDB tem a intenção de transformar em lei as inovações trazidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Sendo assim, passam a ser obrigatórias aos Estados e Municípios tornando-se mais um componente da Política de Melhoria da Qualidade da Educação Brasileira. A intenção é preparar melhor e enaltecer a escolaridade dos trabalhadores.

A nova redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõem que a integralidade entre a Educação Profissional com os diferentes níveis e modalidades às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia se fortaleçam. Os cursos deverão ser organizados por eixos tecnológicos; acarretando assim, a construção de diversos itinerários formativos.

A Lei ainda dispõe sobre os tipos de curso que a Educação Profissional e Tecnológica abrangerá: de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Técnica de Nível Médio e Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação. As Instituições de Educação Profissional deverão também oferecer, além de seus cursos regulares, cursos especiais e abertos à comunidade. Nesse caso, a matrícula deve ser aberta ao nível de escolaridade para aproveitar a capacidade do aluno. Foi acrescentada uma seção sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Capítulo II do Título V da LDB. Este dispositivo propõe que o Ensino Médio, atendida a formação geral do estudante, também o prepare para o exercício de

profissões técnicas.

Portanto, a articulação deve ser feita de forma integrada (matrícula única, na mesma escola) ou concomitante (matrículas distintas, na mesma ou em outra instituição para quem ingressa ou já cursa o Ensino Médio). Desta forma, a integração entre Educação Profissional e processo produtivo, inspira a produção de conhecimento e o desenvolvimento científico tecnológico, possibilitando aos jovens a formação geral e o reconhecimento de uma habilidade técnica do Ensino Médio.

2.2.1 Programa Brasil Profissionalizado no Ceará

Segundo as determinações do Decreto nº 5.154/04, o ensino médio se articula com a educação profissional, fazendo que em 2007 o Governo Federal institua o Programa Brasil Profissionalizado.

O Programa Brasil Profissionalizado teve como objetivo o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, que através do repasse de recursos federais promoveria a criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional (Ceará, 2013).

O Governo do Estado do Ceará em 2008, quatro anos após a promulgação do Decreto nº 5.154/04, realizou alinhamento com a política do governo federal por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), com a criação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) articulando o ensino médio com a educação profissional de nível técnico.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) realizam atendimento à comunidade em tempo integral, oferecendo dois turnos, das 07 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira. No matutino, o discente se dedica a concluir o Ensino Médio, no período vespertino, realiza e formaliza o curso técnico na própria unidade escolar (Ceará, 2013).

No ano de 2008, vinte e cinco unidades profissionalizantes foram implantadas, das quais seis se localizavam na capital, e as demais distribuídas entre os municípios de Sobral, Pacatuba, Pacajus, Itapipoca, Bela Cruz, Brejo Santo, Barbalha, Crato, Iguatu, Cedro,

Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Santa Quitéria, Crateús, Tauá, Senador Pompeu, Quixadá, Redenção e São Benedito (Ceará, 2013).

Os números não cessam por aí, em 2009 foram inauguradas mais vinte e seis unidades; em 2010 outras oito escolas e em 2011, dezoito unidades foram construídas. Assim, até o final de 2011 o Estado contabilizava setenta e sete instituições de educação profissional atendendo um total de 23.588 estudantes segundo os dados da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Ceará, 2013).

De 2012 a maio de 2013 foram entregues à sociedade mais quinze unidades educacionais. Em 2013 foram construídas mais trinta e nove escolas. Atualmente são cento e quarenta EEEPs em pleno funcionamento, alocadas em setenta e quatro municípios, esta empreitada tem como meta posicionar o Estado do Ceará como referência no tocante ao ensino profissionalizante (Ceará, 2013).

O Estado do Ceará por meio de Portaria publica todo ano em Diário Oficial os procedimentos e normas para a seleção de alunos com vista ao preenchimento das vagas no ensino médio integrado. A seleção dos professores para atuação nas disciplinas de caráter técnico se processa por edital público através de Processo Seletivo Simplificado (PSS), via Centro de Educação Tecnológica do Ceará (CENTEC) (Ceará, 2013).

Os professores selecionados para atuar no Ensino Médio Integrado (EMI) deverão demonstrar competências que atendam ao perfil docente definidos pela Secretaria de Educação apresentando capacidade de planejamento com realização de trabalhos em equipe tendo bom relacionamento interpessoal na geração de compromissos profissionais para atingir os resultados e metas estabelecidos pelos órgãos centrais, além de fluente comunicação oral e escrita, criatividade, sendo também observado a visão estratégica e pedagógica (Ceará, 2013).

2.3 O Projeto de Ensino Médio Integrado

Diante do percurso político sobre a Educação Profissional percebemos significativas mudanças concretas pelo papel importante, e, portanto, estratégico no desenvolvimento do

país. Para Barbosa e Moretto (2008), ela se constitui como política de emprego ativa por ter em sua filosofia, o incentivo ao jovem a permanecer na escola com qualidade e equidade.

O relatório da UNESCO com diretrizes para a educação para o novo mundo do trabalho, deu suporte à elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Nos últimos tempos, a Educação Profissional foi uma das modalidades da Educação Brasileira que mais sofreu mudanças. A forma na qual a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 contempla a Educação Profissional, permitindo várias interpretações, fez com que esta fosse questionada e até mesmo articulada de forma a alterar a redação e estruturas antes consolidadas.

É notoriamente e inegável as transformações procedentes das mudanças técnico das organizações do mundo do trabalho. Frente a tais mudanças, a Educação Profissional desempenha um papel preponderante, haja vista seu objetivo de formar cidadãos habilitados e capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho competitivo, exigente e dinâmico sobre o qual as tecnologias e seus avanços são quesitos certos nos postos de trabalho e, em consequência, sobre o trabalhador qualificado e competente, que tenha atitudes, e, principalmente, que tenha produção. Caso contrário, se está diante de um fracasso neste tipo de ensino.

Diante desse cenário, formar profissionais competentes que atendam com eficiência a esse mercado produtivo constitui-se o grande desafio da Educação Profissional e das instituições voltadas para a qualificação do trabalhador pois defendemos a necessidade ensino médio ser pensado de forma integrada ao trabalho, e que sirva como base para a realização humana, não mais como algo que aliena o homem, restrito apenas à necessidade de sobrevivência e sustentação de sua vida, mais como algo prazeroso, e necessário para sua emancipação (Kuenzer, 2012).

Compreendemos o Ensino Médio Integrado articulado ao princípio educativo do e para o trabalho, não apenas como mercadoria no contexto capitalista através da preparação de demanda para a obtenção de lucro, entendemos que ele se processa na vida do aluno trabalhador projetando suas habilidades, desenvolvendo sua aprendizagem e de autotransformação.

CAPÍTULO 3

Escolas Estaduais de Educação Profissionais da Região da Ibiapaba

“O sertão propõe ao homem nordestino uma educação tecida na existência sensível, aprendida e apreendida pelas relações constantes entre o homem, a cultura e a natureza, num lugar onde tudo está entrelaçado, fazendo da existência um caminho, em que, a cada passo, a cada horizonte, há sempre um novo sentido.

Ferreira Gullar (2006)

3.1 O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

O projeto de implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional teve início no Estado do Ceará, no ano de 2008, quatro cursos técnicos foram escolhidos para inaugurar a união entre ensino médio e formação técnica para o mundo do trabalho: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado, para a escolha dos cursos foi utilizado como parâmetro o perfil socioeconômico dos municípios e o projeto de desenvolvimento do governo estadual. Hoje são ofertados 52 cursos técnicos nas mais variadas áreas de atuação, com quase 76.000 jovens formados até o ano de 2017 para ingressar no mercado de trabalho. Os cursos que mais têm formado profissionais são Enfermagem, Informática e Redes (Ceará, 2013).

No Quadro 1 apresentamos a evolução correspondente ao período de 2008 a 2014 no tocante ao quantitativo das unidades escolares com cursos profissionalizante, do número de municípios beneficiados, na crescente oferta dos cursos oferecidos à população e a progressão das matrículas efetuadas, retratando os investimentos do governo estadual na ampliação ao acesso dos jovens ao ensino profissional integrado.

ANO	EEEP	MUNICÍPIO	CURSOS	MATRÍCULAS
2008	25	20	4	4.181
2009	51	39	14	11.279
2010	59	42	20	17.342
2011	77	57	46	23.753
2012	92	71	51	29.958
2013	97	74	51	35.522
2014	106	82	53	40.979
Progressão 2008 a 2014 (%)	324	320	1.225	880

Quadro 1: Oferta de cursos técnicos e quantitativo de matrículas realizadas nos anos 2008 a 2014.

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Destacamos que o currículo da Escola Estadual de Educação Profissional tem como diferencial a integração entre as disciplinas do ensino médio e dos cursos técnicos. Em 2012, a Secretaria de Educação do Estado iniciou-se uma ampla revisão curricular dos cursos técnicos com o objetivo de adequar o conteúdo de acordo com o perfil de profissional desejado e em consonância com o que se requer deste quando da sua atuação no campo de trabalho.

Respeitadas as especificidades regionais, a concepção dos currículos dos cursos de educação profissional tem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio⁴. A Educação Profissional é agregada ao Ensino Médio regular, portanto, as disciplinas da base nacional comum são fortalecidas com as disciplinas técnicas, e estas, mantém sintonia com as demais disciplinas para a qualificação da aprendizagem.

Para estudiosos como Frigotto (2006) este tipo de educação ou esta modalidade de ensino é considerado Política Pública Educacional passiva ou compensatória no quadro do planejamento da política de emprego. A educação, que por muito tempo as desconheceu, não

4 As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram atualizadas e instituídas a partir do Parecer CNE/CEB nº11/2012 e Resolução CNE/CEB nº 6/2012. O debate para sua elaboração contou com membros da sociedade civil organizada, pesquisadores de Educação Profissional e Tecnológica, Conselhos Estaduais e Federais de Educação, secretarias de Educação e Grupos de Trabalhos de diferentes instituições.

pôde mais ficar alheia a elas. Por isso, é possível verificar em todo o planeta uma grande inquietação nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é uma importante referência para a oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal do país. É um documento elaborado para facilitar a consulta dos estudantes diante da quantidade de cursos ofertados agrupando os cursos em formato e linguagem simples, de acordo com as características científicas e tecnológicas de cada um. Para cada perfil de formação, sintonizado com o mundo do trabalho, o catálogo apresenta uma descrição do curso. As informações englobam atividades do perfil profissional, possibilidades de atuação e estrutura mínima recomendada (Brasil, 2012).

O Catálogo dos Cursos Técnicos das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP's - do Ceará contém 52 cursos técnicos agrupados em 12 Eixos Tecnológicos. Neste catálogo estão disponibilizados o perfil profissional adquirido, a matriz curricular com a carga horária de estudo e as áreas de atuação profissional.

No Quadro 2, transcrevemos dos documentos publicados no site da Secretaria da Educação do Ceará e Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional, os 12 Eixos Tecnológicos com suas respectivas competências tecnológicas e abrangências, que tem como proposta uma formação profissional que supera a dualidade presente na divisão entre Educação Básica e Educação Profissional.

Eixos Tecnológicos	Competências tecnológicas e abrangências
<i>Ambiente e Saúde</i>	<i>Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde.</i> <i>Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental.</i>

Controle e Processos industriais	<i>Compreende tecnologias associadas a infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas.</i> <i>Abrange proposição, instalação, operação, controle, intervenção, manutenção, avaliação e otimização de múltiplas variáveis em processos, contínuos ou discretos.</i>
Desenvolvimento Educacional e Social	<i>Compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas.</i> <i>Abrange planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas; construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios, de respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social; integração de indivíduos na sociedade; e a melhoria de qualidade de vida.</i>
Gestão e Negócios	<i>Compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão.</i> <i>Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças.</i>
Informação e Comunicação	<i>Compreende tecnologias relacionadas a infraestrutura e processos de comunicação e processamento de dados e informações.</i> <i>Abrange concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à</i>

	<i>informática e às telecomunicações; especificação de componentes ou equipamentos; suporte técnico; procedimentos de instalação e configuração; realização de testes e medições; utilização de protocolos e arquitetura de redes; identificação de meios físicos e padrões de comunicação; desenvolvimento de sistemas informatizados; e tecnologias de comutação, transmissão e recepção de dados.</i>
<i>Infraestrutura</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte.</i> <i>Abrange planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego.</i>
<i>Produção Alimentícia</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e à industrialização de alimentos e de bebidas.</i> <i>Abrange planejamento, operação, implantação e gerenciamento de processos físicos, químicos e biológicos de elaboração ou industrialização de produtos de origem vegetal e animal; aquisição e otimização de máquinas e implementos; análise sensorial; controle de insumos e produtos; controle fitossanitário; distribuição e comercialização.</i>
<i>Produção Cultural e Design</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas a representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas.</i> <i>Abrange criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicados em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais.</i>

<i>Produção Industrial</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas a sistemas de produção, técnicas e tecnologias de processos físico-químicos e relacionados à transformação de matéria-prima e substâncias, integrantes de linhas de produção.</i> <i>Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas.</i>
<i>Recursos Naturais</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas a extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira.</i> <i>Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos.</i>
<i>Segurança</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio.</i> <i>Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho.</i>
<i>Turismo, Hospitalidade e Lazer</i>	<i>Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, gastronomia, serviços de alimentação e bebidas, entretenimento e interação.</i> <i>Abrange planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais.</i>

Quadro 2: Os 12 Eixos Tecnológicos com suas respectivas abrangências e competências.

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

A estratégia central da Secretaria de Educação do Estado do Ceará é integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses com a duração de três anos letivos organizam-se em módulos de duração variável, estabelecendo a integralidade do ensino (Ceará,2013).

Os cursos profissionais com modelo integrado que são desenvolvidos e implantados atendendo os 12 eixos tecnológicos, constituem uma oferta diversificada de formação de nível secundário, preparando preferencialmente para a inserção no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade.

Ao privilegiar o ensino integrado, o Governo do Ceará oferece aos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica, abrindo a possibilidade de ingressarem nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (Ceará,2013).

3.2 As Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio da Serra da Ibiapaba

A Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, é uma região montanhosa que se localiza entre os Estados do Ceará e do Piauí.

Os Municípios componentes da Serra da Ibiapaba são: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

A Serra de Ibiapaba localizada na mesorregião Noroeste Cearense tem uma área territorial aproximada de 5.697,30 km², com uma população estimada no último censo de 357.080. É uma região caracterizada pela produção de hortifrutícolas e distingue-se de outras regiões serranas por não apresentar baixadas úmidas.

Nesta mesorregião registra-se intensa produção agropecuária, culturas comerciais, diversificação e modernização das atividades econômicas decorrente da integração entre as cidades. Registramos que nos últimos dez anos ocorreu crescimento maior de 40% no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),⁵ trazendo vantagens econômicas, investimentos

5 IDH é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos educação, saúde e renda.

externos, gerando à população mais oportunidades de emprego, renda e melhor qualidade de vida, o que prova as melhorias nas condições sociais da região em questão.

Municípios componentes: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

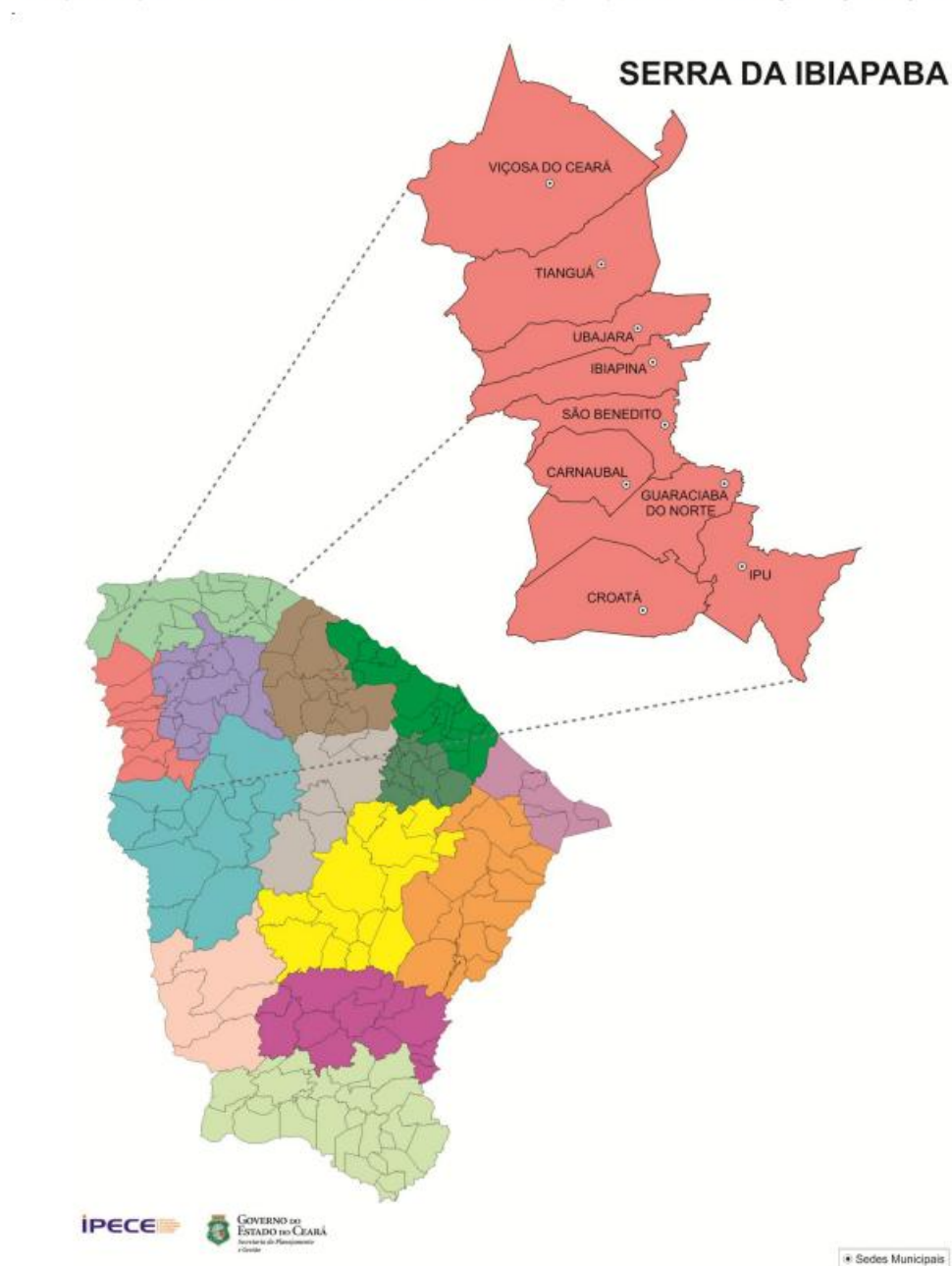


Figura 1: Mapa dos Municípios da Serra da Ibiapaba.

Fonte: IBGE/IPECE.

Salientamos que das nove cidades que pertencem a Serra da Ibiapaba, somente seis foram contempladas com as Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio. Em destaque frisa-se: Ipu, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ubajara, Tianguá e Viçosa do Ceará.

O Governo Federal e estadual realizou grandes investimentos de recursos financeiros nas Escolas Estaduais de Educação Profissional da região, de acordo com a Secretária da Educação do Ceará (SEDUC), através da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), o repasse entre os anos de 2008 a 2011 envolveu o montante de mais de R\$ 600 milhões e no período de 2008 a 2014, o valor investido foi mais de um bilhão de reais.

Os investimentos, especificamente nas escolas profissionais, apontaram resultados positivos na educação pública dos municípios contemplados. Podemos evidenciar alguns pontos bem significativos no Quadro 3 no período de 2011 a 2016, entre eles: Taxa de escolarização líquida, Taxa de distorção idade/série e o N° de alunos/N° de salas de aulas utilizadas.

Municípios da Serra da Ibiapaba	Indicadores Educacionais					
	Taxa de escolarização líquida (%)		Taxa de distorção idade/série (%)		N° de alunos/N° de salas de aulas utilizadas (%)	
	2011	2016	2011	2016	2011	2016
Guaraciaba do Norte	57,49	59,92	24,54	17,17	36,94	31,83
São Benedito	50,31	55,46	26,17	12,89	31,33	25,64
Ubajara	61,33	62,37	19,40	9,01	58,81	46,20
Tianguá	53,35	59,87	19,27	7,55	79,48	32,52
Viçosa do Ceará	47,12	49,89	25,62	21,02	66,45	41,03
Ipu	42,32	47,09	31,63	19,64	27,98	17,89

Quadro 3: Indicadores Educacionais no Ensino Médio nos Municípios de Ibiapaba – 2011/2016.

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Os percentuais significativos dos indicadores educacionais ocorreram decorrentes das melhorias consideráveis nos aspectos de infraestrutura, de mobiliário, transporte, formação docente e recursos didáticos nas escolas com a injeção racional dos recursos financeiros do Governo Federal e do Estado.

Todo esse investimento público gerou forte envolvimento de todos os segmentos da unidade escolar na busca da otimização do tempo do aluno na sala de aula com participação ativa do comércio local na inserção do aluno no mercado de trabalho decorrente do estreitamento dos laços de parceria da escola com a sociedade.

Destacamos a maior participação de todos os profissionais da educação nos planejamentos e projetos pedagógicos, como a busca na atualização acadêmica dos professores, melhorando consideravelmente o nível de satisfação de toda comunidade escolar.

3.2.1 Cursos Técnicos

A Educação Profissional na Serra da Ibiapaba foi implantada no ano de 2008, tendo como objetivo disponibilizar aos jovens uma educação de qualidade, além de oportunizar a sociedade ibiapabana de profissionais com qualidade e com competência eficaz para desenvolver várias funções na economia e conseqüentemente no mercado produtivo.

Tendo como foco o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, da produção cultural, do empreendedorismo e do cooperativismo, a educação profissional foi pensada, implementada para garantir a permanência dos estudantes em sua região de origem como gerar o desenvolvimento socioeconômico local.

Ao abordar a Educação Profissional na Serra da Ibiapaba como perspectivas para a inserção plena no mercado de trabalho queremos compreender a dinâmica de sua evolução e benefícios para sua comunidade. Desta forma os cursos definidos em cada unidade escolar foram estudados e selecionados no sentido de analisar a demanda e o desenvolvimento sustentável da economia de cada cidade.

No Quadro 4, transcrevemos do site da Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional, os Cursos Técnicos ofertados na rede pública estadual de ensino médio com suas respectivas cargas horárias para integralização e a infraestrutura recomendada para a sua implantação na unidade escolar da Serra da Ibiapaba.

Cursos técnicos	Carga horária	Infraestrutura recomendada
TÉCNICO EM FINANÇAS	800	Biblioteca com acervo específico e atualizado Laboratório de informática com programas específicos.
TÉCNICO EM LOGÍSTICA	800	
TÉCNICO EM COMÉRCIO	800	
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	800	
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1000	
TÉCNICO EM REDE DE COMPUTADORES	1000	Biblioteca com acervo específico e atualizado Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório de redes.
TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado Laboratório de informática com programas específicos e Laboratório de Microbiologia.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de anatomia humana, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório didático: unidades de enfermagem.
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório de desenho, Laboratório de materiais de construção, Laboratório de mecânica dos solos, Laboratório de topografia, Laboratório didático: canteiro de obras.
TÉCNICO EM ESTÉTICA	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório básico de anatomia humana,

		Laboratório de estética, Laboratório de informática com programas específicos.
TÉCNICO EM AGRICULTURA/FLORICULTURA	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de desenho e topografia, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório de mecanização agrícola, Unidade de cultivo hidropônico, Viveiro de produção de mudas.
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratórios didáticos: unidades de produção animal, vegetal e agroindustrial.
TÉCNICO EM FRUTICULTURA	1.200	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Área de produção de fruteiras, Laboratório de informática com programas específicos. Viveiro de mudas.
TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	800	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de informática com programas específicos, Equipamentos de localização e comunicação, Laboratório didático: agências de viagem e operadoras de turismo. Mapoteca, Meio de transporte para a prática profissional.
TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	800	Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de informática com programas específicos, Laboratório de recepção e governança.

Quadro 4: Cursos Técnicos com suas respectivas cargas horárias e a infraestrutura recomendada.

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

É importante destacar que a Serra da Ibiapaba tem um cenário favorável para o desenvolvimento de diversas ações, seja educacional ou social decorrente de sua economia em franco desenvolvimento.

A crescente e diversificada produção agrícola como os bem-sucedidos projetos experimentais de cultivo de frutas de clima temperado no Ceará e a expansão da “Agropecuária Sem Fronteira” é um cenário que favorece e estabelece uma educação de sucesso emanada pelas Escolas Profissionais de ensino médio.

Na Serra da Ibiapaba situam-se nove cidades com aspectos e demandas de ordem social e econômica específicas de cada localidade. Dessas particularidades podem-se atender os produtores e exportadores de flores, os industriais de gêneros alimentícios, os agricultores e plantadores de hortaliças, o turismo, as microempresas, a agroindústria, as produtoras de água mineral, as fábricas de guaraná e de confecções, hotelaria, tecnologias, hospitais e clínicas e serviços em geral. Essa região é diversificada no atendimento e na demanda produtiva.

Para Garcia (2012), o surgimento de uma variedade de organizações privadas e públicas para oferecer serviços a nossa crescente população é um dos fatos mais instigantes a respeito da economia atual. Um setor de serviços crescente, entretanto, não significa necessariamente um setor de manufatura decadente.

Na visão de Petitat (2014) o setor de serviços está crescendo em ritmo acelerado e atualmente a economia de base industrial está diretamente relacionada com a economia de base em serviços, em virtude do desenvolvimento tecnológico e as estratégias das empresas. A concorrência aumenta significativamente e as empresas perdem suas tradicionais vantagens diferenciais, o papel dos serviços suplementares para propiciar vantagens competitivas está ficando imprescindível.

Desta maneira, compreende-se que todos os cursos, que foram fincados nos municípios, de acordo com a demanda que necessitava dos serviços e com carência profissional, se tornaram ferramentas para viabilizarem muitas potencialidades e aspectos positivos. Nesse contexto, surge na Serra da Ibiapaba uma sociedade nova, amparada pelas habilidades e competências justas para desenvolver um atendimento de qualidade no mercado de trabalho. E essa sociedade estar fundamentada, ainda, nos valores éticos e morais, numa demanda técnica com aquisição de conhecimentos fortalecidos pelo profissionalismo, com jovens empreendedores e com uma cultura de fazer sempre o melhor para essa sociedade produtiva.

No Quadro 5 transcrevemos do site da Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional, os Cursos Técnicos ofertados à comunidade escolar da Serra da Ibiapaba destacando as possibilidades de atuação de cada formação profissional no mercado de trabalho dos municípios com objetivo de incrementar a economia local por um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão.

Cursos técnicos	Possibilidades de atuação no mercado de trabalho
TÉCNICO EM FINANÇAS	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor, Empresas de consultoria e de forma autônoma.
TÉCNICO EM LOGÍSTICA	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
TÉCNICO EM COMÉRCIO	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor, Comércio.
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor, Empresas de consultoria e de forma autônoma, Escritórios de contabilidade.
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores
TÉCNICO EM REDE DE COMPUTADORES	Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem redes de computadores ou na prestação autônoma de serviços.
TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	Indústrias de alimentos e bebidas, Agroindústria, Laboratórios de controle de qualidade, Instituições de pesquisa.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Hospitais, clínicas e postos de saúde, Empresas e domicílios.
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Empresas públicas e privadas de construção

	civil, Escritórios de projetos e de construção civil, Canteiros de obras.
TÉCNICO EM ESTÉTICA	Clínicas estéticas, Clínicas médicas, Hotéis, academias, spas e domicílios.
TÉCNICO EM AGRICULTURA/FLORICULTURA	Empresas de produção e consultoria agrícola, Instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, Comércio de equipamentos e produtos agrícolas.
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Propriedades rurais, Empresas comerciais, Estabelecimentos agroindustriais, Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, Parques e reservas naturais.
TÉCNICO EM FRUTICULTURA	Propriedades rurais, Empresas de consultoria na produção de frutas, Instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, Comércio de equipamentos e produtos agrícolas, Cooperativas e associações.
TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	Agências de viagem e operadoras, Organismos turísticos públicos ou privados e de forma autônoma.
TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	Meios de hospedagem: hotéis, pousadas, flats ou resorts, bem como embarcações e hospitais.

Quadro 5: Cursos Técnicos com as suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

As Escolas Profissionais têm em uma de suas vertentes o objetivo de facilitar o acesso ao ensino técnico de qualidade para todos os que frequentam, sem exceções. No campo do Mercado de Trabalho, as apreciações e análise dos questionamentos de empresários,

comerciantes, industriais locais, todos afirmaram que a economia brasileira, em foco a ibiapabana, necessita de profissionais qualificados para continuar a crescer.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional da Serra da Ibiapaba são unidades que tem funcionamento em tempo integral e com a oferta de refeições, material didático, espaços pedagógicos, fardamento, transporte e traz no currículo a proposta de contemplar a formação geral/formação profissional e outros componentes curriculares que viabilizem a formação integral dos alunos.

CAPÍTULO 4

Fundamentação Teórica da Pesquisa

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. O que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”

Karl Marx

4.1 Trabalho, Educação e Capital

4.1.1 Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida tendo como principais formuladores Gary Becker e Theodore W. Schultz. Os fundamentos básicos desta teoria remetem à teoria marginalista e aos princípios do utilitarismo, centrado na busca da máxima utilidade e satisfação dos desejos e prazeres individuais. O processo de aquisição de educação exige muito esforço e sacrifício dos indivíduos, pois, durante o processo há o dispêndio de recursos financeiros pessoais ou das famílias que investem na educação de seus membros. Há um adiamento da entrada do indivíduo no mercado de trabalho até que ele complete os seus estudos e obtenha maior valorização profissional.

A busca do investimento pessoal como forma de elevar os rendimentos futuros é uma realidade dessa teoria, mas não a única, pois, com o investimento em educação os indivíduos desejam ostentar um status social e até mesmo escolher as atividades que desejam desempenhar ao longo do tempo.

O bem-estar financeiro e a educação formal não vêm de berço, mas são adquiridos ao longo da vida e alteram, estruturalmente, os níveis de renda dos indivíduos (Moretto, 2002). Logo, o nível de oferta e demanda por instrução, considerado como um investimento é o que agrega importância e valor econômico à educação, pois a preparação desse capital humano de

grande valor para a produção incorpora mais capacidade produtiva proporcionando a elevação da produtividade da economia

A Teoria do Capital Humano postula que a mobilidade social é decorrente do investimento nos indivíduos e conseqüentemente um aumento de sua produtividade, o que acarreta uma melhor distribuição de renda por meio da preparação adequada para o trabalho.

Frigotto (1993), afirma que a educação passa a ser definida

pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado (1993:67).

Seguindo esta linha de pensamento, a Teoria do Capital Humana tem como utilidade mascarar a realidade mantendo a consciência do indivíduo alienada pois oculta a desigualdade social depositando na educação o fator essencial para a produtividade.

A Teoria do Capital Humano no campo da educação não apresenta claramente seus objetivos, dando ênfase ao fator econômico para o desenvolvimento social. Frigotto (1993:53) enfatiza que uma das funções efetivas da referida teoria é não revelar a verdadeira natureza dos fenômenos no cenário social.

4.1.1.1 Fundamentos da Teoria do Capital Humano

Schultz (1971) formaliza a Teoria do Capital Humano nos anos de 1960, buscando demonstrar que países destruídos na Segunda Guerra Mundial poderiam se recompor e reconstruir suas economias em um curto período de tempo. Apresentando como exemplo o caso do Japão que se apodera dos princípios e implementa em suas bases os princípios da referida teoria.

Theodore Schultz, professor de Economia da Educação, especialista em economia agrária que se formaliza a Teoria do Capital Humano. Foi considerado o formulador da ideia por suas

colocações sobre o fator humano e em 1979 foi engrandecido pelo prêmio Nobel em Economia. Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade.

Schultz (1973) diz que,

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (Schultz, 1973:31)

Schultz (1973), nomeia uma relação de países que calcaram expressivo crescimento econômico por adotarem os princípios e pressupostos citados, passando a ser grande defensor e divulgador da condição de se investir na capacidade humana para o desenvolvimento na área econômica. Schultz expressa que *“ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”* (1973:33).

Para este teórico que evidencia que o aumento no investimento no capital humano é um fator importante para o desenvolvimento econômico é reforçado pela condição propagada da relação direta entre aumento dos ganhos produtivos do trabalhador e ganhos econômicos e sociais.

Quando Schultz (1973) cita que “os aumentos ocorridos na produção nacional” têm ligação com o investimento em capital humano, automaticamente a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação. Cabe agora ao estado investir e possibilitar aos trabalhadores o acesso à educação. Os

proprietários do capital humano são os trabalhadores, estes não podem se separar de suas habilidades e quanto mais conhecimento adquirirem melhor será a produtividade. O trabalhador passa a investir em educação na expectativa de retornos, educação transforma-se em produto negociável. Para que a educação resulte em crescimento econômico Schultz expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos (Schultz, 1973: 43).

4.1.1.2 Teoria do Capital Humano e Educação

A Teoria do Capital Humano concebe a Educação como um instrumento que realiza a manutenção e o crescimento do capital, mantendo o sistema produtivo para a geração contínua e crescente da produção e do lucro.

Segundo Frigotto (1993), para o capital humano crescer e aumentar é fundamental a existência da Educação, pois realiza o desenvolvimento e a capilarização social de renda pela inserção produtiva e pelo preparo funcional dos trabalhadores para o mercado de trabalho.

A Educação sozinha não é capaz de perpetuar o sistema vigente, mas, segundo Mészáros (2008):

uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (2008:45)

A Teoria do Capital Humano ao posicionar como prioritário o investimento no setor educacional para que haja desenvolvimento financeiro com geração de crescimento econômico e social deposita nas costas da Educação a condição e obrigação de saneamento de todos os males sendo os verdadeiros e cruéis problemas geradores da desigualdade são colocados em segundo plano.

A transmissão do saber construído e produzido socialmente ao longo de gerações atendendo as necessidades e interesses do capital nos dá o entendimento do caráter seletivo, excludente expressando uma pseudodemocracia, pois o capital tem em sua forma de articulação o germe da formação das relações de produção que são constantemente utilizadas como mediadoras de seu próprio interesse.

Podemos arriscar a mencionar que a instituição escola oferece um saber deformado, entretanto, funcional para o capital. Como historicamente o saber é veiculado e distribuído de forma desigual, favorece ao sistema capitalista com a instalação de uma reprodução com valores, ideias e conhecimentos úteis à subordinação. Para a UNESCO hoje, os ideais da Teoria do Capital Humano reaparecem com uma nova roupagem e estão entrelaçados com os objetivos nada educacionais das agências de fomento internacionais.

Os organismos internacionais determinam e influenciam os modelos, políticas, e projetos de educação principalmente para os países subdesenvolvidos. Estes países seguem as orientações e as determinações justificando que os investimentos no setor educacional trarão excelência na formação o que permitirá o cidadão de concorrer com igualdade no mercado mundial.

A UNESCO (2005) declara em seus documentos que os índices de uma renda mais alta estão diretamente associados ao um maior nível educacional. Desta forma, a Educação para este órgão é entendida como instrumento que tem a capacidade de solucionar os problemas socioeconômicos com a contribuição para renda mais alta dos indivíduos e para um crescimento econômico mais expressivo para o país.

Para a UNESCO (2005), a Teoria do Capital Humano coaduna com seus postulados, pois as duas vinculam a escolarização a melhor qualidade de vida e consequentemente a uma maior renda. Percebemos infelizmente que a educação está subordinada à política econômica, tendo que se adaptar ao sistema formando trabalhadores aptos a reprodução incessante do capital.

A busca contínua de competitividade nas últimas décadas é o mantra das instituições do setor secundário e terciário, Desta forma, percebemos que um dos objetivos impostos e que devem ser alcançados por uma gestão eficiente na área educacional é a qualidade. Para as agências de fomento a má qualidade na educação é a responsável pela desigualdade e, assim, os países subdesenvolvidos devem estruturar seus sistemas educativos formando alunos e futuros trabalhadores para promoção do crescimento econômico (UNESCO 2005:28).

Com este tipo de alinhamento a educação tem sido contaminada pelos padrões e normas do deus mercado. A racionalidade mercantil, produtividade, competitividade e flexibilidade passam a serem princípios e práticas padrões da modernidade nos discursos políticos e acadêmicos para o setor educacional. Entretanto, surge nas duas últimas décadas a busca e a luta por uma proposta de educação que reflita a atual situação e proponha uma ruptura visando um ensino igualitário e com competências que alcance a todos.

4.2 A Formação Humana no Ensino Médio Integrado

Pistrak (2013) considera o ensino integrado como a proposta que mais se aproxima de uma educação democrática e progressista visando à formação humana integral. Neste sentido, a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, como eixos estruturantes do ensino médio integrado fornecem ao educador e ao educando uma rica materialidade como ponto de partida para estruturar a formação dos sujeitos, a fim de tornar os estudos mais significativos e contribuir para o desenvolvimento dos jovens.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 2012 (Brasil - 2012:58),

define propostas de um ensino médio baseadas na formação integral do estudante; trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; indissociabilidade entre educação e prática social, considerando a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; entre outros. Para enfrentar a dinamicidade e a complexificação das relações sociais e produtivas, o desenvolvimento do que chamamos habilidades cognitivas complexas e formação integral do sujeito passam a ser cruciais. Essas dimensões referem-se menos ao saber fazer do que ao domínio do raciocínio lógico-formal, da faculdade de trabalhar com as ideias, do saber conviver, do domínio das linguagens, a partir da capacidade de análise, de síntese e de criação. Nesse contexto, entende-se a grande necessidade de se promover uma educação integrada, integral e do diálogo interdisciplinar como contributo à formação humana, não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida (Brasil:2012:58).

Neste sentido a integração no ensino médio deve não só possibilitar a compreensão e o domínio dos princípios científicos e tecnológicos com fins nos processos produtivos da sociedade capitalista, como também promover o pensamento crítico e reflexivo para a atuação

na vida, em seus aspectos histórico, social, cultural e político, estabelecendo, assim, uma educação transformadora e politécnica, visando à emancipação do sujeito (Moura, 2012).

Segundo Ramos (2013), a implementação do Ensino Médio Integrado dentro de uma instituição não se resume à questão pedagógica e a um projeto curricular de ensino, requer a superação de diversos desafios dentre eles os de gestão, os pedagógicos, as condições de ensino, as condições materiais, os hábitos estabelecidos culturalmente que limitam a formação integrada dos alunos, dentre outros.

Assim postulamos com a concepção freiriana, que a prática pedagógica no sentido teoria-prática, em que a teoria se modifica constantemente com a experiência prática, que, por sua vez, se modifica constantemente com a teoria, é entendida como práxis. Desse modo, a atividade de transformação das circunstâncias, as quais nos determinam a formar ideias, desejos, vontades, teorias, que, por sua vez, simultaneamente, nos determinam a criar na prática novas circunstâncias e assim por diante, de modo que nem a teoria se cristaliza como um dogma e nem a prática se cristaliza numa alienação (Freire, 2001).

Segundo Araújo (2014:59), o Ensino Médio Integrado

deve articular o saber propedêutico com o instrumental, as atividades manuais com as intelectuais, em que muito mais que um jogo de palavras, trata-se de um posicionamento político que toma a educação pela categoria dialética da totalidade, cuja prática e teoria se constituem numa unidade que permite aos homens o domínio teórico-prático e político-social, na busca da formação humana integral. Sabemos ainda que a integração e o diálogo com as diferentes áreas do conhecimento não são tarefas fáceis, devido a múltiplos fatores que perpassam essa questão, que vão desde o contexto histórico da sociedade capitalista, a formação inicial e continuada do docente chegando à falta de espaços e tempos destinados a essa discussão no chão da escola. Muitos são os desafios. É preciso, pois, investir na formação dos profissionais da educação, elaborar políticas públicas eficazes e propor uma reformulação curricular, que contemple a integração, a ciência, a cultura, a tecnologia como eixos estruturantes e se funde no trabalho e na pesquisa como princípio educativo, pode-se fazer algo que se aproxime da práxis e da politécnica.

Conforme Ciavatta (2014), não podemos reduzir a possibilidade do ensino integrado a um ato de purismo messiânico dos docentes e dos gestores das unidades, compreendemos que

este depende, também, das condições concretas de sua realização, argumentamos que as práticas pedagógicas integradoras requer a constituição de um ambiente material que a favoreça e da busca permanente pelo elemento integrador, considerando as realidades específicas, a totalidade social e os sujeitos envolvidos.

4.2.1 Interesse do capital na formação humana

Mészáros (2008), destaca que a educação institucionalizada alimenta, em boa medida os interesses do capital.,

especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (2008:35).

Nesse contexto, a educação como um campo da atividade humana, a qual se desenvolve de acordo com os diferentes modos e organização da produção, traduz-se de acordo com a fase de desenvolvimento do capitalismo, e a depender necessita de um sistema educativo que forme recursos humanos necessários a essa expansão. Desta forma Gamboa (2001), enfatiza que a lógica do capital procura formar mão-de-obra tecnificada que atenda aos seus interesses em detrimento do homem integral. No entanto, em contraponto a esse pensamento, tem-se o entendimento da didática proposta por Comenius que procura a formação do homem integral por meio de práticas que integrem a educação, a cultura e a política.

Por esta linha de pensamento Marx e Engels entendiam o trabalho a partir das condições propostas para seu desenvolvimento no modo de produção capitalista, e ao pensarem a união da educação e trabalho enquanto uma nova maneira de superar a exploração do capitalismo, e assim uma proposta de formação libertadora para os filhos da classe trabalhadora, estaria se construindo um instrumento de formação que buscasse uma reforma política transformadora (Lombardi, 2010).

Para Nosella (2007:47),

o processo educativo precisa inverter o movimento do trabalho alienado, e reaver o conceito em Marx de trabalho como extensão à existência humana, e assim recuperar o sentido do trabalho como libertação plena do homem. Aqui a formação humana integral é pensada como uma possibilidade para um novo projeto de sociedade para classe trabalhadora. Educar adolescentes, jovens e adultos para uma leitura crítica do mundo e para construírem a sua emancipação implica, concretamente, que o processo educativo os ajude a entender e responder, desde suas condições de vida.

Todavia, a materialização da formação humana, esbarra na disputa direta com o capital, visto que o interesse de uma educação para o mercado de trabalho sobrepõe à formação humanista. E nesse cenário, o governo federal por meio de suas políticas para o ensino médio integrado, propõe um discurso de implementação da politécnica e da formação humana integral.

4.3 Articulação do Ensino Médio ao Profissionalizante

O ensino médio no Brasil tem-se constituído ao longo da história da educação brasileira como nível de mais difícil enfrentamento, em termos de sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre educação e a educação profissional.

Para Santos (2007:27),

o novo Ensino Médio agora é para a vida porque a vida necessita de formação geral tanto quanto o mercado de trabalho também exige. Do mesmo jeito, a formação geral exigida pelo mercado é a mesma de que a humanidade precisa para desenvolver suas potencialidades e sua convivência na sociedade.

Desta forma, a educação deve ser entendida como referencial de formação permanente e continuada, tendo como objetivo o desenvolvimento integral do ser humano, nas suas dimensões ética, social e política, de maneira a preservar a sua dignidade e orientá-lo nas ações perante a sociedade.

Assim, a educação é dinâmica e histórica, portanto, permitindo que o aluno leia o mundo, marcado por múltiplas transformações e neste cenário terá a flexibilidade e a

contextualização, participando como um ser histórico, social e cultural que interage com a natureza e com o outro e, nessa ação, constrói conhecimento.

4.3.1 A concepção

O documento base do Ensino Médio Integrado, afirma-se na concepção de uma política cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real (Brasil, 2016:35).

Considerando uma abordagem dialética e dialógica, trabalhar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da formação humana significa compreender o trabalho como princípio educativo em seu sentido ontológico e, portanto, como mediação primeira entre o homem e a natureza e, por isso, elemento central em uma proposição curricular para este segmento de ensino.

Para Lima (2015:28),

é necessário compreender a tecnologia como construção social complexa integrada às relações sociais de produção. Portanto, mais que força material da produção, ela, cada vez mais indissociável das práticas cotidianas, em seus vários campos/diversidades/tempos e espaços, assume uma dimensão sociocultural, uma centralidade geral, e não específica, na sociabilidade humana.

Com esta linha de pensamento, o Ensino Médio Integrado deve ser concebido tendo uma formação equânime, onde os conhecimentos das ciências duras, sociais e humanas sejam contemplados sem haver uma escala de hierarquia, importância ou prioridade, promovendo sim uma formação integral do cidadão autonomia e emancipação.

A articulação entre as áreas de conhecimento exige uma organização curricular em que os eixos estruturantes se integrem, tendo como referencial a vivência dos sujeitos para a qual essa proposta educativa se direciona. Esse currículo, como dimensão de poder e de regulação social, poderá ser aglutinador, a partir das possibilidades de interferência no cotidiano e nas expectativas dos sujeitos jovens ou adultos.

4.3.2 A organização curricular

O currículo como organização social do conhecimento, reflete as intencionalidades vivenciadas e reconstruídas em múltiplos espaços sociais, como ambientes escolares, de trabalho e por múltiplos sujeitos, concebido segundo um processo de seleção, análise e produção de saberes e de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos, significados e culturas (Santos, 2017).

Para tanto, o currículo no âmbito da ação articulada, segundo os referenciais normativos legais deverá ser entendido como toda ação de caráter pedagógico, norteado pelos princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Nessa perspectiva, Corraza (2011) destaca em seus estudos que,

currículos articulados, alinhados aos seus projetos político-pedagógicos, devem contemplar experiências nas dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora, com bases nos valores éticos e referenciais sociais e culturais, levando em conta os contextos local, regional e global, a singularidade de alunos e professores, em consonância com as políticas públicas e com o mundo do trabalho. O processo de articulação dessa maneira constitui oportunidade ímpar para uma sólida formação do cidadão, visando atender as expectativas do mundo do trabalho.

Estudiosos como Santos (2017), Corraza (2011), Araújo (2014) e Garcia (2012) reforçam que a ação articulada metodológica deverá ter como premissa o fazer participativo, que deve ser utilizado em todos os momentos da prática pedagógica por meio de: diálogo de saberes, construção coletiva do conhecimento, aprender fazendo por meio da análise reflexiva da realidade, situações-problema, projetos, estudos de caso, vivências, desafios entre outros.

Observamos que a possibilidade da referida articulação é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/94 e como este respaldo o ensino médio pode preparar estudantes para “o exercício de profissões técnicas”, garantida a formação geral (parágrafo segundo do art. 36).

O Ensino Médio Integrado como forma de organização da educação profissional previstas na legislação, ratifica os princípios de pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que têm como fundamento dois pressupostos básicos: o da autonomia da escola e o da liberdade

de opção teórico-metodológica atendendo aos princípios de contextualização, interdisciplinaridade e flexibilidade

CAPÍTULO 5

Metodologia da Pesquisa

"O homem comum, diante da instabilidade da vida, vale-se de sua capacidade de pesquisar e, por isso, investiga, especula, cria metáforas e descreve, com rigor e precisão, os fenômenos conhecidos e observáveis" Prado (2011:58).

5.1 Tipos de Pesquisa

A realização da pesquisa que se configura em um Estudo de Caso Múltiplos que tem a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre uma realidade para a construção de uma proposição teórica e abarcará uma sequência de fases:

- Identificação e análise das características do contexto a ser investigado (área de estudo e objeto de estudo),
- Delimitação do campo de análise (definição do problema e dos objetivos),
- Utilização da Técnica de Análise de Conteúdo para as entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa,
- Análise de documentos institucionais (Projetos Políticos Pedagógicos e Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho).

Estes procedimentos metodológicos exigirão uma identificação do pesquisador com a situação e com os sujeitos, ou seja, a construção e reconhecimento de um quadro simbólico com o qual será possível encontrar o “sentido das coisas” mas, por outro lado, uma atitude de distanciamento crítico na avaliação e interpretação dos dados, tendentes à elaboração de análises e conclusões válidas, uma vez que se torna imprescindível assegurar a exigência de validade, referente às condições de verdade, à confiança dos resultados e ao valor dos dados obtidos e analisados.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso múltiplos é a investigação empírica mais adequada para se investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor destaca que é um processo investigativo que permite o estudo de um fenômeno dentro de seu contexto de realidade especialmente quando os limites entre o fato e o contexto não estão claramente definidos.

Assim, e de acordo com Bell (2004:74), o estudo de caso múltiplos, enquanto estratégia metodológica, engloba um conjunto de métodos de pesquisa que têm em comum a decisão de averiguar uma entidade específica de forma sistemática, caracterizando a intenção e a natureza fundamental desta investigação que pretende retratar uma realidade organizacional na sua dinâmica e multiplicidade de aspectos (estrutura, organização, processos, políticas, ações e estratégias dos atores, conflitos, representações, etc.) e num determinado período da sua existência, como consideram Bogdan & Biklen, (2004).

Sendo caracterizado como “*a comprehensive research strategy*” (Yin, 2005:13), o estudo de caso múltiplos constitui, nesta investigação, a configuração metodológica mais adequada porquanto se trata de aprofundar o conhecimento de propriedades e relações inerentes à administração universitária verificáveis na organização em causa e que permitem ilustrar os processos e as práticas de gestão sob consideração das dimensões burocrática e política internas e externas.

5.2 Natureza da Pesquisa

A pesquisa incidirá fundamentalmente numa análise das entrevistas de seis instituições públicas de educação básica e mais especificamente na descrição e interpretação das práticas e ações pedagógicas e suas repercussões no rendimento escolar.

A descrição e a compreensão exigirão da parte do investigador, uma “imersão” na realidade investigada.

A pesquisa consistirá de observações sistemáticas do comportamento dentro do ambiente natural em que atuam os sujeitos. A intenção do pesquisador será de perturbar tão pouco

quanto possível esse ambiente para que o comportamento observado seja o comportamento natural e não o comportamento influenciado pela presença do observador.

Considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos, optamos por uma pesquisa qualitativa, porque, segundo Ludke & André (2012:11),

a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento(...). A pesquisa qualitativa supõe o contato do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo.

Portanto, é neste sentido que a atuação da pesquisadora procede à frente das dificuldades da investigação, ou seja, mediante uma pesquisa feita nestes critérios, que exige uma análise contextualizada dos fatores positivos e negativos que envolvem o sujeito no processo de construção de competências e integração curricular no ambiente escolar.

5.3 Lócus da Pesquisa

Por questões operacionais a pesquisa será desenvolvida nas seis cidades da Serra da Ibiapaba contempladas com as Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

Em cada cidade, uma unidade educacional será campo da investigação, onde serão entrevistados os professores que atuam no Ensino Médio Integrado, envolvidos na ação articulada no âmbito curricular e pedagógico, com expressiva experiência profissional e acadêmica nos referenciais técnicos, teóricos e no contexto social local.

As unidades educacionais selecionadas apresentam prestígio local, expressivo quantitativo de alunos, oferta diversificada de cursos técnicos, excelente infraestrutura, gestão e corpo docente qualificado profissionalmente e academicamente. São espaços educativos formais com considerável atuação e penetração na sociedade, apresentando expressiva articulação com o mercado para inserção dos alunos.



Figura 2: Cidades do Municípios da Serra da Ibiapaba.

Fonte: IBGE.

5.4 Sujeitos da Pesquisa

Adotou-se a abordagem qualitativa de análise dos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com 12 professores que atuam no Ensino Médio Integrado nos diferentes cursos oferecidos nas seis unidades escolares selecionadas da Serra da Ibiapaba.

Participam dois professores de cada unidade escolar e o critério de inclusão dos sujeitos foi a aceitação em participar da pesquisa, manifestada na assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1).

As unidades escolares selecionadas foram as que atenderam de forma espontânea ao pedido da pesquisadora para ser lócus da pesquisa.

Cumpre esclarecer que para garantia do anonimato dos participantes foram utilizadas a seguinte denominação : Professor 1 , Professor 2 ,....., para a identificação das falas dos participantes.

Passamos a apresentar, a seguir, os critérios estabelecidos para a seleção dos sujeitos:

Critério 1 – O primeiro critério foi exigir que a participação no referido estudo estivesse condicionada à nacionalidade. Neste caso, só poderiam participar da pesquisa professores com nacionalidade brasileira, concursados pelo Estado e com pós-graduação;

Critério 2 – O segundo critério parte do objetivo da pesquisa, “compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba”, ou seja, os professores selecionados atuando nas unidades educacionais de forma efetiva na região;

Critério 3 – O terceiro critério buscou considerar o contexto atual das unidades educacionais de excelência, considerando pertinente professores que desempenham suas atividades a mais de cinco anos com experiência docente ou de gestão na modalidade de ensino;

5.5 Instrumentos da Pesquisa

A pesquisa se apoiará nos seguintes instrumentos de coletas de dados:

- Observação assistemática e sistemática nas seis unidades escolares investigadas.

A observação assistemática ou não estruturada, denominada também como espontânea, informal, simples, ocasional e acidental pelo fato de que o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los.

A observação sistemática designada também como estruturada, planejada controlada, o observador sabe o que procura e o que necessita de importância em determinada situação. Para Marconi e Lakatos (2013:193) e Thiollent (2013:155), neste tipo de observação há um

planejamento de ações, sendo uma observação direcionada, ao inverso da assistemática. Quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos são alguns dos instrumentos que podem ser utilizados nessa observação.

- Entrevista aplicado aos sujeitos da pesquisa.

O método mais usado em pesquisa qualitativa é, normalmente, uma entrevista semiestruturada, principalmente quando se propõem levantar a opinião e posições dos sujeitos. No nosso caso optamos por um entrevista a pedido dos próprios interessados que alegaram terem para esse efeito tempo e melhor disponibilidade.

A entrevista tem três blocos: Bloco 1- ***Construção da integração curricular***; Bloco 2- ***Competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho*** e Bloco 3- ***Inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho***. (Anexo 2).

As perguntas foram submetidas a uma pré-avaliação para assegurar que estivessem bem elaboradas, sobretudo sobre a sua clareza, precisão de termos, forma, desmembramento dos blocos, tendo sido avaliadas como também validadas pelo orientador da pesquisa e um professor especialista em Metodologia da Pesquisa.

- Registros Institucionais (Análise documental)

Serão utilizados para análise comparativa os Projetos Políticos Pedagógicos e os Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho das seis unidades escolares investigadas.

5.6 Etapas da Pesquisa

Etapas:

- Análise dos Documentos Institucionais.
- Análise de Conteúdo das Informações fornecidas pelos docentes e das Observações.
- Avaliação, Análise, Interpretação e Discussão dos Resultados (Triangulação).

5.7 Credibilidade dos Dados

A credibilidade de uma pesquisa qualitativa equivale, resguardadas as devidas proporções, à “validade interna” de um estudo quantitativo. Ela se relaciona aos aspectos elencados pelo pesquisador na busca de compreender os fenômenos em estudo, bem como os pontos de vista dos participantes na pesquisa.

Outro mecanismo utilizado para aferir a credibilidade da pesquisa qualitativa é a “revisão pelos participantes”, momento em que os sujeitos participantes têm a oportunidade de averiguar se os dados cedidos, seja na forma de entrevistas, questionários, gravações etc., foram adequadamente utilizados, e se condizem com suas experiências, significados e intenções.

Quando os resultados da pesquisa são submetidos à avaliação pelos participantes, o pesquisador tem a oportunidade de esclarecer/rever os pontos que resultaram nebulosos na compreensão desses sujeitos, visando à fiel transmissão dos valores compartilhados pelo grupo social.

Visando atingir o máximo de credibilidade desta pesquisa, lançamos mão de diferentes procedimentos, conforme apontam Patton (2002), Sparkes (1998) e Strauss & Corbin (1998), quais sejam: a triangulação dos dados; a avaliação dos resultados por parte dos intervenientes; a verificação pelos participantes; e o reconhecimento do papel assumido pelo investigador, com base na sua história pessoal, uma vez que o mesmo é o elemento central no processo de escolhas dos métodos e materiais de pesquisa.

CAPÍTULO 6

Análise e Discussão dos Resultados

6.1 Análise Documental

- **Projetos Políticos Pedagógicos**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento da unidade educacional que atende aos princípios legais instaurando a gestão democrática em uma escola e tem a função de proporcionar modificações direcionadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

De acordo com Veiga (2005) o Projeto Político Pedagógico não deve ser visto como um simples documento que atende a burocracia oficial e posteriormente arquivado e sim um movimento interno de toda comunidade escolar para refletir, avaliar e redimensionar a prática pedagógica e ações socioeducativas proporcionando uma aprendizagem para todos.

Pela importância do referido documento e atendendo aos objetivos da pesquisa iremos nos deter a análise das ações pedagógicas dos Projetos Político Pedagógico das seis Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio da Serra da Ibiapaba selecionadas para pesquisa.

Ações pedagógicas planejadas e expressas no Projeto Político Pedagógico asseguram apoio, auxílio e orientação para aprender. Para Vygotsky (2003:75):

Na base do processo educativo deve estar a atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educador deve se restringir a orientar e regular essa atividade. No processo ensino-aprendizagem, o docente deve ser como um canal pelos quais avançam livre e independentemente as águas, recebendo dos discentes apenas a direção do seu próprio movimento.

Desta forma as ações pedagógicas devem estar expressas no documento garantindo a diversificação de estratégias metodológicas que possam assegurar uma eficiente forma de conduzir o processo de ensino e aprendizagem.

Elaboramos um quadro comparativo entre as unidades escolares com ações pedagógicas que deverão estar presentes nos projetos políticos pedagógicos pois as consideramos importantes e necessárias para o sucesso do corpo discente e sua inserção com competência no mercado de trabalho.

As 20 ações pedagógicas presentes no Quadro 6 foram selecionadas seguindo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elaborado pelo Ministério de Educação.

Ações Pedagógicas	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5	Escola 6
1. Integração curricular						
2. Trabalho interdisciplinar						
3. Trabalho em equipe						
4. Encontros de planejamento						
5. Reunião do Conselho Escolar						
6. Reunião de pais com a equipe docente						
7. Reunião com os empresários locais						
8. Uso das TICs						
9. Uso de laboratórios						
10. Oficinas Socioeducativas						
11. Participação da comunidade na escola						
12. Participação da escola na comunidade						
13. Inserção de novas metodologias de ensino						

14. Ações inclusivas ⁶						
15. Ações afirmativas ⁷						
16. Ações de integração com o mercado local						
17. Ações de intervenção social						
18. Recuperação paralela ⁸						
19. Reforço escolar ⁹						
20. Avaliação permanente gradual ¹⁰						

Quadro 6: Ações Pedagógicas das Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio.

Fonte: Projetos Pedagógicos das Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio.

Legenda:

	Ações Pedagógicas Presentes
	Ações Pedagógicas Ausentes

Observamos que as unidades escolares seguem as orientações ministeriais contemplando em seus projetos políticos pedagógicos ações pedagógicas integradoras impulsionadoras do

6 Ações Inclusivas buscam promover o acesso e inclusão das pessoas com deficiência, altas habilidades e condutas típicas.

7 São atos ou medidas tomadas com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

8 Atividades de recuperação paralela, não podem ser confundidas ou entendidas como “ao mesmo tempo”, não podendo ser desenvolvida dentro da carga horária da disciplina.

9 É uma etapa fundamental no aprendizado de todo estudante que não conseguem acompanhar o ritmo de uma turma na apropriação dos conteúdos, ficando para trás em relação aos seus colegas e com um desempenho abaixo do apresentado por eles.

10 A avaliação não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico permeando todo o processo e o conclui de forma diagnóstica, formativa e somativa.

desenvolvimento econômico do Estado, sendo utilizada como canal de propagação e veiculação do viés ideológico do governo.

Seguindo esta orientação, o futuro do ensino das Escolas Profissionais Integradas ao Ensino Médio não será um mero adestramento final de técnicas produtivas para o mercado mas sim possibilitará a assimilação dos fundamentos das diversas e mais variadas técnicas utilizadas no processo de produção.

- **Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho**

A palavra egresso é utilizada para designar os indivíduos que concluíram cursos e/ou qualquer capacitação profissional em qualquer tipo de instituições ou entidades, por exemplo, escolas públicas ou particulares, universidades, etc.

É uma indicação de que frequentaram o curso e se afastaram após conclusão, a legislação específica, como a LDB e o Decreto nº 2.208/97, fazem referência a egressos de uma forma ampla e o acompanhamento de egressos é regulamentado pela Portaria nº646/97. Esta Portaria esclarece que as Instituições especificamente as destinadas à Educação Tecnológica, precisam identificar novos perfis de profissionais e adequar a oferta de cursos às demandas dos setores produtivos.

Para isto, precisam criar sistemas de acompanhamento permanente de egressos e estudos de demanda profissional. Segundo Machado (2011: 45),

os egressos são que realimentam com informações a escola e a sociedade de sobre as tendências do mercado, e o acompanhamento de egressos é “um mecanismo que proporciona um quadro fiel do processo de inserção do ex-aluno no mundo do trabalho” além de permitir uma avaliação de como o profissional vem desempenhando suas atividades.

As seis unidades educacionais que são lócus da pesquisa apresentam práticas regulares de acompanhamento e monitoramento dos egressos previstas em seus projetos políticos pedagógicos. Relatam que como são instituições de ensino tecnológico se sentem na

obrigatoriedade de se manterem atualizadas diante das transformações da atual sociedade globalizada e das demandas do mercado local, regional e estadual.

Constatamos em nossas observações e diante dos documentos apresentados pelas unidades escolares que a interação com as empresas da região é um fator fundamental do e para o sucesso da formação profissional e consequentemente a inserção dos egressos.

Ressaltam os gestores das unidades educacionais, que os documentos denominados, **Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho**, registram não somente a inclusão do egresso, mas tem a finalidade de obter elementos para uma avaliação periódica do ensino e da formação do futuro profissional, demonstrando que este acompanhamento é um mecanismo indispensável no planejamento institucional.

6.2 Análise do Conteúdo

O material que será analisado consiste no conjunto de resposta ao entrevista (entrevista) aplicado aos sujeitos da pesquisa aqui denominados de **Professor** para fim de preservação de identidade do profissional. Assim, as falas¹¹ são apresentadas, **Professor 1 da Escola 1, Professor 2 da Escola 1, Professor 3 da Escola 2, Professor 4 da Escola 2.... Professor 12 da Escola 6.**

Para a presente investigação foi utilizada a abordagem qualitativa que conforme Bogdan e Biklen (1994) possui cinco características: a fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador o instrumento principal; é descritiva; o significado é de importância vital; o interesse maior é pelo processo mais do que simplesmente os resultados e a análise é mais indutiva.

Para isso optou-se pelo método de análise de conteúdo que consiste em: “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversificados” (Bardin, 2006:9). A autora divide o método

11 Os sujeitos das pesquisas são 12 professores de seis unidades escolares

em três fases básicas: a) Pré-análise: leitura geral dos dados, com intuito de verificar possíveis aspectos centrais; b) Descrição analítica: reelaborar ou redistribuir os pontos levantados visando organizá-los em agrupamentos mais específicos, se possível delimitando categorias. c) Interpretação inferencial: a partir de um processo reflexivo, procura-se estabelecer relações mais abrangentes.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2006), faz-se principalmente pela prática da escuta associada ao conhecimento teórico e ao rigor da interpretação. Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização.

Na primeira parte da análise, a pré-análise, realizou-se uma leitura geral de todas as respostas das entrevistas, com anotações dos possíveis aspectos centrais e destacando aqueles que se repetiam em mais de uma vez. Após esta primeira etapa partiu-se então para a descrição analítica, com o intuito de reelaborar ou redistribuir os pontos levantados, organizando e delimitando possíveis categorias.

6.3 Reflexões das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas individualmente com os professores em dois momentos. O primeiro encontro com a pesquisadora, os sujeitos participantes apresentam suas percepções, conceitos, definições, ponto de vista e conhecimentos. No segundo encontro os entrevistados têm a oportunidade de averiguar se os dados cedidos, foram adequadamente utilizados, e se condizem com suas experiências, significados e intenções podendo esclarecer/rever os pontos que ficaram nebulosos na compreensão desses sujeitos, visando à fiel transmissão dos valores compartilhados pelo grupo social.

Apresentamos o roteiro das perguntas selecionadas para as entrevistas semiestruturadas contendo questões que obedecem a sequência das categorias de análise estabelecidas a priori considerando os objetivos da pesquisa: **Integração curricular, Competências para o mercado de trabalho e Inserção profissional e social.**

Deste modo as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro contendo três blocos:

Bloco 1 - Construção da integração curricular

- 1.1 O que você entende por integração curricular?
- 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?
- 1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional?
- 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?
- 1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?

Bloco 2 - Competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho

- 2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?
- 2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?
- 2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional?
- 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?

Bloco 3 - Inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho.

- 3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região?
- 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?
- 3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?

As questões foram elaboradas no sentido de alcançar os objetivos do estudo, tendo como principal função a progressão de um pensamento que se procura construir (BARDIN,

2009). Portanto, buscamos compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba.

As entrevistas duraram em média duas horas dependendo do grau de envolvimento ou de dificuldades apresentadas em relação aos questionamentos, em lugar previamente preparado, onde cada professor pudesse se sentir à vontade, sem ser interrompido, sem interferência de terceiros, sem interrupções, onde a escuta da pesquisadora fosse totalmente ativa, sem parcialidade.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados já transcritos para que o entrevistado pudesse acrescentar ou suprir o que estivesse ou não de acordo com o conteúdo e verificasse se as transcrições seguiam corretamente as respostas dadas a cada uma das perguntas, já que não existiu a possibilidade de gravação, acordo estabelecido desde o início entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

A fase destinada à análise dos dados originados das entrevistas com autorização dos professores participantes estabelecendo os pontos convergentes e divergentes entre os entrevistados, foi um pouco mais extensa e complexa utilizando-se da Teoria da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2006).

Para facilitar a manipulação dos dados, os mesmos foram transcritos para tabelas que se encontram em anexo com a finalidade de facilitar a leitura das observações que foram registradas (Anexo 3).

A organização dos dados em tabelas permitiu ter uma visão macro dos dados coletados, e, também, verificar se estes obedeciam às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência que Bardin (2009) considera parte importante quando se manipula dados empíricos.

Na fase da organização e transcrição dos dados de cada entrevista, no intuito de impedir qualquer interferência, mesmo que involuntária, da pesquisadora, os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos e, a partir de então passam a ser identificados como Professor.

Destacamos que durante as transcrições foram pontuadas na íntegra todas as interjeições e as locuções interjetivas, uma vez que são palavras que expressam emoções momentâneas e modificações no decorrer do tempo.

Com as categorias estabelecidas passaram - se a destacar as subcategorias que segundo Oliveira (2003) podem ser constituídas por palavras, por um conjunto de palavras ou temas que são períodos. Como critério para a seleção das subcategorias, destacou-se as palavras, ou expressões semânticas que apareciam com mais frequência e por similaridade de conteúdo. Uma vez selecionadas as subcategorias, seguiu-se para a segunda fase proposta por Bardin (2006) que corresponde à exploração do material.

As subcategorias que se destacaram após as entrevistas foram: **Articulação, Coletivo, Práxis, Cidadania, Sucesso profissional, Empreendedor.**

6.3.1A percepção e as falas dos sujeitos

No sentido de *“Compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba, buscando em suas falas, como percebem a interdisciplinaridade e a integralidade nas escolas pesquisadas e a inserção dos alunos no mercado de trabalho”*, procurou-se analisar as respostas referentes aos três blocos das entrevistas.

Análise referente ao Bloco 1: Integração curricular

Bloco 1 - Construção da integração curricular

1.1 O que você entende por integração curricular?

1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?

1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional?

1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?

1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?

A terminologia integração para Ciavatta (2005) tem o sentido de completude, com característica daquilo que é completo, compreendendo e tratando a educação como uma totalidade social. Uma unidade no diverso com múltiplas mediações sócios históricos que materializam em processos educativos para a sociedade.

Nesta linha de entendimento do conceito de integração, **Professor 1 da Escola 1, Professor 4 da Escola 2, Professor 5 da Escola 3, Professor 7 da Escola 4, Professor 10 da Escola 5 e o Professor 12 da Escola 6** buscam enfocar os seus trabalhos docentes como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar profissionais capazes de atuarem como cidadãos plenos.

As falas dos referidos **Professores** mesclam o que Ramos (2008:20) destaca em seus estudos para a construção de um currículo e de ações que efetivamente possam superar o “somatório, superposição ou subordinação de conhecimentos uns aos outros”, na direção de uma “integração na perspectiva da totalidade”. O **Professor 1 da Escola 1**, pontua que “*a integração se efetiva sempre relacionando a teoria com a prática não havendo essa cisão entre o manual e o intelectual. Reforçando que a equipe sempre está atenta para essa integração e as disciplinas e os conteúdos se interligam não havendo hiato entre elas (sic)*”. O **Professor 4 da Escola 2**, enfatiza que “*é sempre um desafio fazer essa integração, muita reunião, planejamento e discussão para que todos e todas se entendam e falem a mesma língua e tenham o mesmo norte. As coordenações junto com os professores estão sempre avaliando e acompanhando o processo (sic)*”. O **Professor 5 da Escola 3** segue a mesma linha de comentário e reforça que, “*a política de integração curricular implementada na escola apresenta méritos quando comparadas às políticas públicas que se configuraram no Estado nos anos últimos anos. Estamos sempre avaliando e replanejando nossas ações curriculares de forma interdisciplinar e integrativa (sic)*”.

Para Ciavatta (2014) a condição integradora que favorece e implementa a totalidade curricular tem como objetivo a superação da segmentação do currículo e a desarticulação das disciplinas e conteúdos. A perspectiva de totalidade remete assim ao sentido de completude

permitindo a real compreensão do todo social com suas diversos matizes que colorem e configuram o panorama da educação brasileira.

Desta forma o **Professor 7 da Escola 4** destaca que *“a escola está sempre em sintonia com as necessidades da região e por isso nosso currículo está sempre atualizado e integrado. Todos os docentes discutem como as disciplinas devem dialogar e não há a mais importante ou a menos importante(sic)”*. Para o **Professor 10 da Escola 5** *“a integração é compreendida pela nossa equipe de professores, coordenadores e gestores como a totalidade que atende as questões sociais da região dentro de um caráter educativo (sic)”*. Com isto o **Professor 12 da Escola 6** defendem que *“a integração só se efetiva por planejamento e um projeto pedagógico bem alinhado e ajustado aos interesses da sociedade local e que deve possuir fundamentação teórica amparada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e também devemos ter a presença de princípios mais atrelados aos anseios dos trabalhadores porque quanto mais imprimir o caráter concreto do trabalho à política ou à educação, é um ato histórico, que temos que construir(sic)”*.

Para Ferreira e Garcia (2012) a escola é um dos únicos espaços institucionais dos jovens onde a ciência é o objeto de trabalho. Portanto, a ciência como princípio educativo é importante na formação científica e tecnológica no ensino profissional se fazendo essencial para o processo de superação do antigo pelo novo e as reflexões advindas dessa ação.

Destacamos que a integração é muito mais que a justaposição de disciplinas nos currículos, mas um caminho com objetivos em comum. Considerando o aprimoramento do indivíduo como prioridade e não a demanda do mercado, contribuindo com a formação de um futuro profissional suficientemente reflexivo que possa compreender os mecanismos mercadológicos e ciente do espaço que ocupa no mundo

Por esta via de discussão, **Professor 2 da Escola 1, Professor 3 da Escola 2, Professor 6 da Escola 3, Professor 8 da Escola 4, Professor 9 da Escola 5 e o Professor 11 da Escola 6** apresentaram em suas falas as percepções da importância da formação científica e da formação tecnológica e a articulação das dimensões teórica e prática das disciplinas.

O **Professor 2 da Escola 1** em sua fala reforça a concepção de que um conhecimento de formação geral só adquire sentido quando reconhecido em sua gênese a partir do real e em seu potencial produtivo, assim destaca: *“não existe na minha concepção cisão entre ciência e tecnologia, pelo menos não deveria, elas andam em conjunto avançando em prol da sociedade e a teoria também tem que andar ao lado com a prática. Não pode só haver teoria e não só a prática(sic)”*. Nesta direção o **Professor 3 da Escola 2** e o **Professor 6 da Escola 3** tem em comum a importância de se trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar e em suas falas reforçam que a superação das barreiras entre as disciplinas acontece no momento em que as unidades escolares abandonam hábitos cristalizados e buscam novos objetivos e o que mais dificulta essa transposição são os preconceitos, falta de formação adequada dos profissionais da educação e comodismo da gestão.

O **Professor 3 da Escola 2** relata que *“na minha trajetória profissional fiz da ciência o objeto de trabalho e não consigo atuar separando o que é dito científico do que se institui como prático, devemos sempre nos atualizar e renovar e exigir renovação no chão da escola e da fábrica ou da empresa, atuando para esta mudança para acabar com esse pensamento cristalizado(sic)”*. **Professor 6 da Escola 3** faz uma reflexão sobre sua ação *“a ciência presente no ato educativo é essencial para o processo de superação do antigo pelo novo e permite que eu realize reflexões advindas da minha ação enquanto professor de um curso profissionalizante(sic)”*.

Para Fazenda (2011) trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade atualizando a formação científica e a formação tecnológica articulando teórica e prática.

Professor 8 da Escola 4, Professor 9 da Escola 5 e o Professor 11 da Escola 6 apresentam em comum em suas falas o que Cury (2012) postula para a concepção de formação e apropriação dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. Destacam os professores em suas falas que os processos produtivos contemporâneos

necessitam diferentes linguagens e que a formação para uma cultura tecnológica e para uma cultura científica tem que estar amparada na crítica da produção de tecnologias e de ciência.

O **Professor 8 da Escola 4** e o **Professor 9 da Escola 5** responderam de forma similar “*sem formação científica e não há formação tecnológica no ensino profissional*” e “*sem teoria não há prática(sic)*”. O **Professor 11 da Escola 6** problematizou defendendo “*formação técnica dos alunos deve estar articulada a compreensão dos princípios científicos e tecnológicos que estão na base da organização da produção moderna. O ensino técnico deve ser concebido na perspectiva de um desenvolvimento sustentável (sic)*”.

Os professores em suas falas demonstram em comum que o conhecimento científico e tecnológico é um direito de todos, havendo a necessidade de investimentos financeiros sistemáticos e sua legitimação por meio de construção com a sociedade de uma política pública ampla e perene com a possibilidade de construção de espaços de participativos e democráticos, de produção de conhecimentos emancipatórios, novas solidariedades, novos modos de produção e convivência social e cultural.

Com relação a trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar, todos os professores foram unânimes em afirmar que é uma realidade em suas unidades escolares, definido no projeto político pedagógico, discutido, executado e implementado como ação pedagógica em reuniões de colegiado e planejamentos semestrais.

Assim, corrobora como afirma Luck (2013) que a interdisciplinaridade corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas, de modo global e abrangente.

O **Professor 9 Escola 5** destaca que “*a ciência promove crescimento e a apropriação do conhecimento científico promove a ação do aluno sobre o objeto a ser conhecido. De forma interdisciplinar articulamos a prática e a teoria (sic)*.” Para o **Professor 12 Escola 6** “*a formação científica e a formação tecnológica são importantes porque são culturais e indissociáveis. Articulamos a teoria e a prática de forma interdisciplinar (sic)*”.

Desta forma, as concepções dos **Professores 9 da Escola 5 e 12 da Escola 6** contemplam os estudos de Zanetic (2011) apontando que o processo de construção do conhecimento científico não se restringe meramente ao objeto a ser conhecido, pois pressupõe uma interação entre os conceitos científicos e os aspectos tecnológicos inerentes à realidade vivencial e cultural dos alunos.

Assim, a aprendizagem dos conhecimentos científicos parte, portanto, da natureza social e socializadora da educação, requerendo o estabelecimento de uma série de relações que devem conduzir os alunos à elaboração de representações pessoais, sociais e culturais sobre o objeto de estudo, pois estes construirão o conceito científico em função de suas experiências e dos instrumentos que lhes permitem apropriação de uma interpretação pessoal e subjetiva dos conteúdos disciplinares.

Os professores ainda destacaram que se utilizam de metodologia de projetos para as ações interdisciplinares, o que Tardif (2012) considera como proposta inovadora, pois o ensino é uma atividade profissional que se lastreia por sobre os fundamentos do conhecimento técnico e teórico.

Registramos a fala do **Professor 7 da Escola 4** *“eu navego no barco da interdisciplinaridade aqui nesta escola porque me permite compreender que é possível criar e reconhecer os saberes consequentes da integração curricular entre as diversas disciplinas dos meus colegas. A tenho como crítica a uma educação fragmentada me permitindo a uma reflexão aprofundada sobre o ensino profissional(sic)”*.

Destacamos as falas dos **Professores 11 e 12 da Escola 6** com relação a trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar na unidade escolar. Para os docentes que se utilizam de metodologias ativas, a aprendizagem por projetos

O **Professor 11 da Escola 6** verbaliza que *“trabalho por projetos pois utilizo o conceito de educar pela pesquisa (sic)”*. O **Professor 12 da Escola 6** coloca que *“utilizamos a metodologia ativa. A aprendizagem por projetos contribui para mobilizar as competências desejadas – intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais. Me coloco como um facilitador da autonomia (sic).”*

Segundo Prado (2007:28), o conceito de educar pela pesquisa é uma abordagem que exige mudanças radicais na organização das atividades de aula, envolvendo perguntas e respostas capazes de desafiar continuamente conhecimentos já construídos. Educar pela pesquisa é defendido pelo autor como participar do processo da ciência, conjunto de ações concretizado na linguagem, com intenso envolvimento de descoberta, de produção e de criação.

Segundo Cunha (2008) a pesquisa na sala de aula, desenvolvida por metodologias ativas e aprendizagem por problemas, forma professores “facilitadores da autonomia”, que nutrem as necessidades psicológicas básicas de autodeterminação, de competência e de segurança nos alunos. São docentes que oportunizam escolhas e feedback significativos, reconhecendo e apoiando os interesses dos alunos, fortalecendo sua autorregulação autônoma.

As falas na análise do **Bloco Integração curricular** demonstram a necessidade e a importância da articulação das dimensões teórica e prática, da formação científica com a formação tecnológica no ensino profissional, para oferecer aos alunos maiores possibilidades de decisões em suas relações materiais no mercado de trabalho.

Os Professores destacaram também que as dimensões teórica e prática, em todos os momentos da formação do futuro profissional, deve ser contemplada com uma sólida formação científica e a tecnológica de ponta, ambas sustentadas em um consistente domínio das linguagens e dos conhecimentos sócios históricos.

Desta forma, o currículo integrado aponta para a formação integral do educando oferecendo condições de ampliar seu acervo intelectual, propiciando a apropriação de conceitos, capacitando-o para intervir criticamente na sua realidade, tornando-o mais atento as necessidades do meio e responsável pelas suas ações individuais e coletivas.

Análise referente ao Bloco 2: Competências para o mercado de trabalho

Bloco 2 - Competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho

2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?

2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?

2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional?

2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?

Discutir o trabalho como princípio educativo ou educação pelo trabalho, devemos nos ater à condição e percepção do que é trabalho.

Segundo Marx (1987), o trabalho é a condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza. Sendo uma necessidade eterna, condição de sobrevivência, estará sempre presente nas comunidades humanas, entendidas aqui nas suas várias formas. Desta forma, consideramos o trabalho como o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho. Dessa maneira, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação.

Professor 1 da Escola 1, Professor 3 da Escola 2, Professor 5 da Escola 3, Professor 7 da Escola 4, Professor 10 da Escola 5, Professor 11 da Escola 6 e Professor 12 da Escola 6 se aproximaram ao conceito de trabalho na concepção marxista e apresentaram suas experiências nas unidades escolares.

Para o **Professor 1 da Escola 1** *“o trabalho para nosso aluno é vital para sua vida no meio desse sertão tão difícil, como trabalhar para ele é de vital importância nós aqui na escola estamos sempre preocupados em prepará-lo bem para a vida profissional e pessoal, indo além da formação mecânica e técnica da futura profissão, mas sim como um homem pleno. Trabalhamos sempre de forma integrada tanto nas disciplinas quanto nas atividades desenvolvendo projetos amplos e culturais(sic)”*.

Professor 3 da Escola 2 ressalta que *“para nosso aluno trabalhar é de suma importância além de se colocar socialmente. Sustentar a família ou se sustentar é pelo trabalho e com isso nossa responsabilidade como professor é grande. Fazemos o melhor, seguimos as orientações da secretaria aqui na escola e estamos sempre atentos com o mercado local formando técnicos que sejam absorvidos pelas cidades da Serra (sic)”*. O **Professor 5 da Escola 3** descreve a ação na unidade escolar destacando que *“ter trabalho dignifica o homem e neste sertão trabalhar é vital. As cidades estão crescendo, a economia está boa e necessita*

de mão de obra qualificada para as cidades aqui da Serra. Para nós aqui nesta escola trabalho é mais do que ação mecânica pois o tratamos de forma pedagógica, se é princípio educativo eu não sei, mas o que sei que é didático pois seguimos as orientações da secretaria e estamos sempre juntos com as coordenações reciclando e atualizando nossa ação (sic)”

Pelo exposto nas falas é possível perceber que o trabalho é necessariamente educativo, pois depende das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que se gera (Ciavatta,1990).

O **Professor 7 da Escola 4** em sua fala faz crítica ao modelo de formação destacando que *“no ensino profissionalizante havia uma tendência no nosso país a formar só trabalhador braçal sem pensamento e cultura atendendo só a máquina do capital. Aqui na Serra no caso do Estado do Ceará que eu posso falar, a Secretaria definiu depois de muitos estudos e nos ouvindo as necessidades e quais os cursos deveriam existir em cada cidade. Hoje atuamos não mais só colocando gente no mercado pra trabalhar, mas sim formando gente (sic)”* O **Professor 10 da Escola 5** também se posiciona relatando que *“trabalhamos para uma formação integrada e interdisciplinar, sempre juntas a formação geral e a educação profissional, técnica e tecnológica de nível médio. Nos esforçamos muito para formar um profissional mais que um mero trabalhador que cumpre ordens(sic)”*

Os professores reforçam em suas falas uma posição político-pedagógico em defesa da educação politécnica com caráter de formação integrada e conceituam o trabalho como princípio educativo, sendo contrários à concepção capitalista burguesa que tem por princípio a fragmentação do ato de trabalhar em funções especializadas e autônomas.

Saviani (2009:87) defende a politênica postulando que o trabalho humano se desenvolva, numa unidade indissolúvel, onde os aspectos manuais e intelectuais estejam indissociáveis. Para o autor o trabalho exercido pelos homens deve envolver a concomitância dos exercícios corporais, mental, e intelectual gerando uma unidade laboral-corporal.

O **Professor 11 da Escola 6** apresenta em sua fala a concepção de Gramsci (1981) da escola unitária quando alega que *“a instrução formal acadêmica do e para o trabalho, deve estar presente na formação dos alunos que serão capazes não só de produzir, mas também quero*

reforçar, de serem dirigentes, representantes da sociedade em que vivem. Para isso, é muito necessário tanto o conhecimento das leis da natureza como das humanidades e da ordem legal que regula a vida local (sic).”

O **Professor 12 da Escola 6** percebe o trabalho como princípio educativo destacando que *“na nossa unidade escolar atuamos de forma integrada com as disciplinas, sempre articulando os interesses dos alunos, secretaria de educação e sociedade. Não formamos trabalhadores submissos e alienados porque mais do que dignidade ele tem postura crítica e atuação social (sic)”*.

Frigotto (1995) argumenta em dois sentidos,

primeiro, faz a crítica à ideologia cristã e positivista que impregnou nossa sociedade de que todo trabalho dignifica o homem, segundo, preocupa-se com a análise política das condições em que trabalho e educação se exercem na sociedade capitalista brasileira (1995:178).

Frigotto (1995) é um grande crítico das relações de trabalho onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido. Para o autor neste tipo de relação há uma construção negativa da educação na formação do trabalhador, pois lhe é negado um crescimento integral porque a escola como espaço educacional articula a submissão e alienação em sua constituição profissional. Destaca ainda, que é urgente pensar na unidade entre o ensino e o trabalho produtivo como princípio educativo e a escola politécnica teria essa competência organizacional.

A discussão sobre competências cognitivas complexas está relacionada diretamente a com a capacidade do trabalhador agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida (Machado, 2012).

Desta forma, os processos educativos escolares, sejam de educação geral, profissional ou ambas, se configuram como espaços de articulação com o conhecimento socialmente produzido, enquanto produtos, e como espaços de apreensão das categorias de produção deste conhecimento, enquanto processos metodológicos.

Os Professores em suas falas percebem a articulação à práxis conjugando espaços da produção teórica com do trabalho intelectual. Destacam que para o desenvolvimento de competências torna-se mais evidente quanto mais mediados por ciência e tecnologia sejam os processos sociais e produtivos, tomando o saber tácito um novo significado que precisa ser melhor pesquisado função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Destacam que sua posse, não é suficiente para produzir transformações na realidade, entretanto as competências cognitivas complexas são fundamentais para a posição e manutenção no mercado. **Professor 1 da Escola 1, Professor 2 da Escola 1, Professor 3 da Escola 2, Professor 4 da Escola 2, Professor 7 da Escola 4, Professor 8 da Escola 4, Professor 10 da Escola 5 e Professor 12 da Escola 6** reproduzem literalmente o conceito dos documentos da Secretaria de Educação do Ceará que define *“competências cognitivas complexas como a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles (sic)”*

Conforme Perrenoud (2002), as competências complexas permitem enfrentar com sucesso as situações desconhecidas porque contêm certa intuição analógica que possibilita a mobilização de vários recursos e experiências anteriores, a fim de obter uma resposta parcialmente original que seja adequada à situação. É nesse sentido que as competências se situam entre inovações e repetições.

Os demais, **Professor 5 da Escola 3, Professor 6 da Escola 3 e Professor 9 da Escola 5** não souberam definir competências cognitivas complexas.

O **Professor 11 da Escola 6** foi o que mais explanou sobre o conceito definindo como *“uma aventura intelectual e deve se opor à excessiva fragmentação e inflexibilidade comuns à pedagogia por objetivos, na qual se sabe exatamente como começará e como terminará o ano letivo. Na minha escola trabalhamos com situações problemas dentro da metodologia de projetos trazendo vivências para o futuro profissional do cotidiano no mercado (sic)”*.

Competências cognitivas complexas devem ser trabalhadas com situações-problema, sendo um bom momento para aprender não apenas os conteúdos, mas sua gestão. Além disso, o professor deve avaliar frequentemente suas escolhas didáticas e eleger conteúdos relevantes,

em oposição a extensas listas, recorrendo constantemente às referências dos saberes escolares e suas fontes de transposição “ousando extrair o essencial, para não se perder no labirinto dos conhecimentos” (Perrenoud, 2002).

Com relação a formação integral na educação profissional e as competências desenvolvidas que atendam aos interesses do mercado de trabalho local, os professores apresentam falas bem consistentes e críticas. Interessante como são comuns as percepções por unidades escolares denotando uma cumplicidade e compartilhamento de ideais e valores entre os profissionais.

Professor 1 da Escola 1 registra que *“integrar eu compreendo como uma integralidade, um sentido de completo e que se constitui a proposta pedagógica da nossa escola voltada para a educação geral integrada à educação profissional, com isso atendemos ao mercado local, visto que nossos alunos logo que se formam são empregados (sic).”* O **Professor 2 da Escola 1** corrobora em sua fala quando relata que *“o sucesso e a empregabilidade dos nossos alunos nos mercados locais da região falam por si e quanto a formação integral de nossos alunos verifique nossos planejamentos e veja o quanto nos esforçamos para formar integralmente o trabalhador daqui da Serra desenvolvendo os conteúdos de forma interdisciplinar e integrativa (sic).”*

Os Professores 7 e 8 da Escola 4 responderam forma única relatando que *“a formação integrada em nosso entender supera o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho. Trabalhamos para que ocorra a integração entre a ação e executar, pensar e dirigir ou planejar. Por isso nosso aluno é muito bem visto e empregado logo que se forma no mercado local (sic).”*

As falas dos professores estão de acordo com o conceito de integração de Ramos (2010: 51-52), para o autor

o conceito de integração, entretanto, vai além da forma. Não se trata de somar os currículos e/ou as cargas horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. A construção dessas relações tem como mediações o trabalho, a produção do conhecimento científico e da cultura.

Os **Professores 11 e 12 da Escola 6** percebem a de forma similar a formação integral na educação profissional e as competências para atender o mercado de trabalho local. Destacam que a integração não pode se deter apenas em articular uma a outra, ou de sobrepor as disciplinas, mas é necessário compreender que os saberes da cultura geral e os da técnica se conjugam com o trabalho como princípio educativo, e principalmente que a tecnologia e a cultura são elementos de formação humanizadora.

O **Professor 11 da Escola 6** apresenta suas percepções descrevendo que *“a formação integrada é um projeto didático pedagógica e devemos considerar ter que haver algumas mudanças no modo político-social existente em nossa escola. Essas mudanças têm relação com a superação da dualidade científico e técnico, dando oportunidade de uma educação geral e educação profissional universal, pública, gratuita e que não tenha a só interesse de formar para uma profissão ou para os interesses perversos do mercado de trabalho, que vive em constantes transformações (sic)”*. O **Professor 12 da Escola 6** reforça a fala do colega acrescentando que *“temos que realizar essa integração promovendo a qualidade das escolas públicas de formação inteira e humanista. Nossos alunos são muito bem aceitos e contratados pelo diferencial na sua formação e claro que trabalhamos para atender as necessidade e desenvolvimento de competências para o mercado local (sic).”*

Constatamos nas falas e percepções dos professores que o currículo integrado é parte da proposta pedagógica de formação integrada que orienta a materialização do trabalho do corpo docente e discente, bem como de toda a unidade escolar no que se refere às ações didático-pedagógicas integradoras e ao desenvolvimento de competências para uma inserção de sucesso dos futuros profissionais no mercado local.

Segundo Machado (2012), a concepção e implementação de currículos integrados encontram boas aspirações em processos didáticos que objetivem agregar as informações do contexto ao processo de ensino aprendizagem e geração de competências para o mercado.

Análise referente ao Bloco 3: Inserção profissional e social.

Bloco 3 - Inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho.

3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região?

3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?

3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?

Para os professores a concepção de educação profissional para a região está diretamente relacionada com a absorção dos futuros profissionais no mercado local.

Partindo das considerações acerca da concepção dos professores sobre educação profissional para a região, entendemos que é uma proposta para os que vivem do trabalho, e sua efetivação tem como foco a educação. As orientações nos projetos pedagógicos das unidades escolares definem o trabalho como princípio educativo como a categoria que expressa a concepção de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, onde o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são indissociáveis na construção de currículos integradores.

Para o **Professor 1 da Escola 1** *“a concepção de educação profissional aqui na Serra está relacionada ao trabalho como princípio educativo integrando o conhecimento básico e aplicado e a nossa escola está diretamente conectada aos empresários locais para saber como e onde alocar nossos alunos em estágios e futuros contratos. (sic).”* O **Professor 2 da Escola 1** reforça apresentando a sua concepção que é *“a educação profissional para a região deve transformar o ensino de conteúdos em competências para o trabalho local, sendo força de desenvolvimento da economia e assim será sempre um canal de absorção dos nossos alunos como futuros profissionais (sic).”*

As falas atendem à concepção de Ciavatta (2014), pois o Ensino Médio Integrado deve se constituir como um processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida pessoal, trabalho, ciência e cultural, abrindo novas perspectivas para jovens concorrendo para a superação das desigualdades entre as classes sociais e que principalmente atenda ao mercado local sendo impulsionador de crescimento e desenvolvimento econômico.

Os **Professores 3 e 4 da Escola 2** comungam da mesma concepção de educação profissional para a região que deve ser uma construção educativa e social que supere a

dualidade entre a formação específica e a formação geral, mas com objetivos para o mercado do trabalho atendendo as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Professor 3 da Escola 2 pontua que *“a educação profissional é um projeto coletivo que atende as solicitações da sociedade local para impulsionar a economia da região por isso o sucesso e a absorção quase 100 % dos nossos alunos no mercado (sic).”* Para o **Professor 4 da Escola 2** *“a educação profissional para a região é uma resposta às necessidades da região e um retorno político com interesse no desenvolvimento de determinados setores da economia por isso nossos alunos são bem aproveitados (sic).”*

O **Professor 7 da Escola 4** defende a concepção de uma *“educação profissional que promova, por meio da elevação da escolaridade com qualidade a qualificação para o mercado de trabalho promovendo o desenvolvimento local e ressalta que os alunos são em totalidade aproveitados porque há uma grande sintonia da escola com os empresários (sic).”* Nesta sintonia o **Professor 10 da Escola 5** coloca que *“a educação profissional deve garantir trabalho para os jovens, mas também facilite seu acesso ao mercado com qualificação para exercerem suas atividades, e, destaca que este é o diferencial que faz com que os alunos sejam integrados logo depois de formados (sic).”*

As concepções e percepções dos professores sobre a educação profissional não só colabora na questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. Para Simões (2007) a relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politécnica como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista.

Para o **Professor 12 da Escola 6** *“a concepção de educação profissional para a região parte principalmente de ser um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho e que a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo que deve contribuir para a aquisição de competências demandadas pelo mercado de trabalho para que haja sucesso pleno na inserção do aluno como profissional (sic).”*

A educação profissional, contribuiu para a expansão da oferta do ensino médio integrado à educação profissional ampliando o acesso dos jovens das camadas sociais menos favorecidas ao ensino médio e a uma qualificação profissional, vislumbrando o seu acesso ao mercado de trabalho. Assim, a importância do ensino médio integrado está para além da categoria trabalho: pauta-se também na cultura, ciência e tecnologia, pois estas também são fundamentais para o entendimento do processo produtivo.

Conforme Ramos (2012:25),

o trabalho é inerente ao homem e é por meio dele que são produzidos o conhecimento, a cultura e os bens necessários à sua sobrevivência, abandonando a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.

Na atual conjuntura brasileira, é essencial estarmos ciente de que a expansão da oferta do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio objetiva uma educação politécnica ou tecnológica. Aqui levantamos a premência de pensar como a população jovem tem sido inserida nesses espaços, levando-se em conta seus, desejos, anseios e limitações e não apenas a preocupação com a profissionalização.

Quanto ao monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região, as unidades escolares se utilizam de programas e práticas regulares de acompanhamento de inclusão dos egressos, prevista esta ação nos projetos políticos pedagógicos das escolas da região por orientação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire (2001).

O desenvolvimento desta dissertação propiciou o amadurecimento não somente dos professores, sujeitos da pesquisa, como também da pesquisadora. No decorrer dos estudos realizados, as concepções de educação profissional, integração curricular, competências para inserção no mercado de trabalho e ação na perspectiva integradora e interdisciplinar, foi se enriquecendo, transformando, desconstruindo, reconstruindo, ressignificando a cada encontro e reencontro.

O percurso ao longo da investigação não aponta novidades universais. Ao contrário, nos deparamos com questões recorrentes nos debates sobre os rumos da educação nacional especificamente a do ensino médio profissional. A novidade histórica está na especificidade local do Estado do Ceará em abrir as portas da escola pública para a inovadora invasão da pedagogia do empreendedorismo empresarial.

Nosso objeto de pesquisa, o Ensino Médio Integrado, demonstrou que nas unidades educacionais da Serra da Ibiapaba que foram lócus da pesquisa, a organização curricular está estruturada na integração dos conteúdos das disciplinas entre as áreas técnica e geral, desenvolvidos de forma interdisciplinar pela pedagogia de projetos, havendo dessa forma a integralidade dos conhecimentos conferindo sentido de unidade para os educandos.

Destacamos que a referida integração curricular não preconiza a hierarquização das ciências, nem tão pouco o somatório de conceitos ou a sobreposição de conteúdos, mas uma verdadeira integralidade dos saberes e dos fazeres, fundamentada nos pressupostos da interdisciplinaridade que busca a totalidade do conhecimento.

O ato investigativo que se debruçou sobre a relação da educação profissional da Serra da Ibiapaba e as novas perspectivas de trabalho no Estado do Ceará, demonstrou que há uma interligação das políticas de emprego e renda para viabilizar um quadro de mudanças da

realidade a médio e longo prazo por agregar valor à economia tanto local, regional e consequentemente a estadual.

O Estado do Ceará possui uma das mais diversificadas economias do Nordeste do Brasil e desenvolve em seu plano de governo estratégias de geração de emprego e renda para as cidades do interior com vistas a atender as demandas dos jovens egressos das escolas estaduais de educação profissional. Desta forma, compreendemos a relevância de ofertar uma educação profissional de qualidade, referendada por uma proposta pedagógica integradora, com um quadro docente qualificado e uma infraestrutura física e didática adequada.

A trajetória da investigação permitiu responder a problemática da pesquisa, comprovando através das falas e das percepções dos sujeitos que através de uma estrutura curricular integradora há condição de superar a dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formando trabalhadores capazes de atuar como profissionais e cidadãos plenos.

A partir do estudo realizado, da análise das entrevistas e dos documentos institucionais, podemos concluir que o objetivo geral de compreender a percepção dos professores sobre a integração curricular no Ensino Médio Integrado da Serra da Ibiapaba, buscando em suas falas, como percebem a interdisciplinaridade e a integralidade nas escolas pesquisadas e a inserção dos alunos no mercado de trabalho foi plenamente alcançado a partir da descrição pelos sujeitos da pesquisa da construção curricular nas unidades educacionais investigadas, na identificação das competências complexas desenvolvidas no corpo discente e a inserção profissional bem-sucedida no mercado de trabalho.

Em nossas observações in lócus, constatamos que os sujeitos da pesquisa que denominamos de **Professores**, em seus relatos defendem a imperiosa necessidade do ensino médio ser pensado de forma integrada ao trabalho, e que sirva como base para a realização humana, não mais como algo que aliena o homem, restrito apenas à necessidade de sobrevivência e sustentação de sua vida, mais como algo prazeroso, e necessário para sua emancipação.

Portanto, ficamos esperançosos que o estudo realizado nessa dissertação possa colaborar com as discussões e implementação acerca do ensino médio integrado, no intuito de valorizar e consolidar esse importante processo pedagógico caracterizador do eixo profissionalizante.

Destacamos que em uma nova perspectiva para o mercado não se discute mais a educação somente para o trabalho, mas a educação integral do homem para o trabalho e para a sociedade. À medida que o conhecimento passa a ser o elemento chave do novo paradigma produtivo, a transformação educacional torna-se um fator fundamental no desenvolvimento dos seus requisitos básicos como a capacidade inovadora, criatividade, integração e solidariedade.

Uma nova abordagem da educação para o trabalho traz implícita a necessidade de uma nova organização institucional e social do mercado, com a reformulação de papéis dos atores envolvidos no processo da educação. Hoje a concepção de uma educação para o trabalho, na qual o aprender a fazer nada mais é do que fazer sempre, sem erros e repetitivamente, gerando produtividade, transcende para a possibilidade do fazer diferente, de tornar o trabalhador não apenas um apêndice da máquina, mas como alguém que estabeleça o diálogo e participação em todas as esferas, seja de ordem familiar, seja comunitária ou escolar.

Assim, educação, trabalho, sociedade civil e capitalismo estão intrinsecamente ligados a um objetivo comum. Não seria essa uma ideologia política alienante, tendo como causa o apaziguamento de luta de classes.

Finalizando, esperamos que de fato o caráter profissionalizante integrado supere a dicotomia trabalho manual versus trabalho intelectual, e incorpore a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, para a formação de trabalhadores capazes de atuação como dirigentes e cidadãos.

E nas minhas palavras finais parafraseio Paulo Freire, pois *sou uma intelectual que não tem medo de ser amorosa. Amo as gentes deste nordeste e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo e fico aperreada para que a justiça social se implante antes da caridade neste meu Ceará.*

INVESTIGAÇÃO FUTURA

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire (2009)

A nossa orientação para uma investigação futura parte dos relatos informais dos professores que foram sujeitos da pesquisa e das leituras realizadas para a investigação.

Percebemos uma preocupante interrogação por parte dos profissionais envolvidos na docência do ensino profissionalizante a educação como mercadoria. A condição de mercadorização impostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tem transformado nas falas dos professores, o espaço escolar em um palco de exibição e implantação de políticas neoliberais.

Corroborando a este cenário, a literatura e estudos apontam que a partir da década de 1990 no Brasil, o sistema de educação pública, passa a assumir a concepção empresarial de gestão e de financiamento contando com o apoio decisivo do Estado, onde as diretrizes educacionais são estabelecidas em função dos interesses empresariais e do mercado internacional.

Em uma leitura bem atenta dos documentos norteadores para o ensino médio integrado à educação profissional técnica, observamos um processo agudizado de mercantilização do espaço escolar em âmbito global. A Serra da Ibiapaba é um nicho de sucesso do referido ensino, entretanto, temos dúvidas em outras áreas do Estado onde os limites econômicos dificultam a oferta de uma formação integral para os filhos dos trabalhadores como convém os interesses da elite empresarial brasileira.

Constatamos que o modelo de ensino médio profissionalizante está envolvido no discurso da empregabilidade, da formação integral e do empreendedorismo juvenil, sendo uma retórica política para a rápida inserção dos estudantes no competitivo mercado de trabalho, o que nos preocupa quanto a permanência de uma educação politécnica ou tecnológica pública, gratuita, laica e de qualidade.

Finalizamos as orientações para uma futura investigação chamando atenção para a crescente e precoce profissionalização dos jovens nas faixas de 18 a 20 anos. Uma força de trabalho com formação profissional qualificada decorrente da integração do ensino médio que busca a sua inserção no mercado para a sobrevivência pessoal e familiar. Atualmente no Estado do Ceará o projeto de Educação com Escolas Públicas em Tempo Integral para os jovens carece de pesquisas para nortear as reais necessidades de cada Município na busca de qualificação e competitividade para um real e sustentável desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ADECE (2016). Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. *Por que investir no Ceará*. 2016. Disponível em: <http://www.bmmobilis.com/Por-que-investir-no-Cear%C3%A1.htm>. Acesso em 15.jan.2018.

Alencar, V. (2012). *Colégio centenário renasce das cinzas e vira referência*. Disponível em: <http://porvir.org/colegio-renasce-das-cinzas-vira-referencia-em-pe/20121005/>. Acesso em 14.jan.2018.

Araújo, R. M. L. (2014). *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. Curitiba, 2014, V.7. Disponível em: <file:///D:/Users/1945148/Downloads/7956-20820-1-PB.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2018.

Arruda, Maria da Conceição Calmon. (2010) *Políticas de Educação Profissional de Nível Médio: Limites e Possibilidades*. II SEPNET, Belo Horizonte.

Assaré, Patativa do. (2000). *Patativa do Assaré: uma voz do Nordeste*. São Paulo: Hedra.

Azevedo, F. A. (1996). *Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura do Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro/Brasília: Editora da UFRJ/Editora da UnB.

Baracho, M. das G. (2012). *Ensino Médio integrado à educação profissional: integrar para quê?* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf> Acesso em: 06 jul. 2018.

Barbosa, Alexandre de Freitas; Moretto, Amilton. (2008). *Políticas de Emprego e Proteção Social*. São Paulo: ABET. (Coleção Mercado de Trabalho, v. 8).

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições.

BID - Banco Interamericano de Desarrollo (2012). *Estratégia del BID con Brasil 2012-2014*. Washington.

Bell, J. (2004). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. C. & Biklen S. (2004). *Investigação Qualitativa em Educação. Introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto.

Brasil (2016). Ministério da Educação/Grupo de Trabalho para a formulação de contribuições ao debate sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate*. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8767726-Diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio-em-debate-texto-para-discussao.html>. Acesso em 15.jan.2017.

Brasil. (2014). Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). *Planejando a próxima década conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf.

Brasil. (2013) Ministério da Educação e Cultura. Brasil Profissionalizado. 2013. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663> Acesso em 7 de maio de 2018.

Brasil. (2011). Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 01 fevereiro 2018

Brasil (2012). Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Ministério da educação conselho nacional de educação câmara de educação básica. Diário oficial da República Federativa do Brasil Nº 22, 2012.

Brasil (2009). Referenciais Normativos, Pedagógicos, Operacionais e Financeiros Nacionais Para a Articulação do Ensino Médio Integrado. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 01 março 2018

Brasil. (2007). Ministério da Educação. *O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas* – PDE – Ministério da Educação.

Brasil.(2007a) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Brasil. (2005). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 1, de 3 de março de 2005. *Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2005.

Brasil. (2005a). Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF.

Brasil. (2005b). Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. *Institui, no âmbito da Secretária-geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p. 1.

Brasil. (2005c). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica*. Disponível em: <<http://www.mec.gov/setec>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

Brasil.(2005d) Medida Provisória n. 251, de 14 de junho de 2005. *Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei n. 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências.* Brasília, DF. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/medidaprovisoria.pdf> Acesso em: 7 ago 2018.

Brasil (2004). Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 39, de 8 de dezembro de 2004. *Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.* Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

Brasil. (2004a). Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. *Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília.

Brasil (2004b). Ministério da Educação. *Orientações curriculares do ensino médio.* Brasília, DF.

Brasil. (1998). Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

Brasil. (1998a) Conselho Nacional de Educação (CNE). *Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Brasil. (1999) Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.* Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>> Acesso em: 7 ago. 2018.

Brasil. (1997). Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. *Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

Brasil (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação

Brasil. (1991). *Câmara dos Deputados. Projeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elísio Alves de Brito.* Brasília: Câmara dos Deputados.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação.* Porto: Porto Editora.

Bresser-Pereira, L. C. (2011). *O Brasil e o novo desenvolvimentismo. Interesse nacional, abr./jul. 2011.* Disponível em: www.bresserpereira.org.br/Papers/2011/10.26a.Brasil_Novodesenvolvimentismo_InteresseNacional.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

Corraza, Sandra. (2011). *O que quer um currículo? Pesquisas pós críticas em educação.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Ceará. (2013). *Educação Profissional.* Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governodo-ceara/projetos-estruturantes/ensino-mediointegrado>. Acesso em: 20/03/2018.

Ciavatta, M. (2014). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.* São Paulo: Cortez.

Ciavatta, M. (2005) *Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade.* São Paulo: Cortez.

Ciavatta, M. (1990). *O trabalho como princípio educativo - Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960).* Rio de Janeiro: PUC-RJ, (Tese de Doutorado em Educação).

CNE. Parecer n. 16/1999. *Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.* Documenta (456) Brasília, set. 1999.

Costa, H.; Conceição, M. (2005). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.* São Paulo: CUT.

Cunha, L. A. (2007) *Educação para a democracia: uma lição de política prática.* 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Cunha, L. A. (2008). *Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão.* Tecnologia e Cultura, Ano 2.

Cury, C. R. J. (2012) *Políticas atuais para o ensino médio e a educação profissional de nível técnico: problemas e perspectivas.* Plano Editora.

Escott, C. M. & Moraes, M. A. C. de. (2012). *História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

Fazenda, Ivani Catarina A. (2011). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.* 6ª ed. São Paulo: Loyola.

Ferreira, Eliza B.; Garcia, S. R. (2012). *O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção.* São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2001). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Educação como prática da liberdade*. 18ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2009). *Pedagogia do oprimido*. 20ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (2009). *O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores*. São Paulo.

Frigotto, G.; Ciavatta, M. (2006) *A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (2005). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (2004) *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Frigotto G.; Linhares, C. (2001.). *Os professores e a reinvenção da Escola: Brasil e Espanha*. São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (1995). *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (1993) *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez.

Furter, Pierre. (2005) *Sugestões para um estudo sobre o analfabetismo no Brasil*. 8ªed. São Paulo.

Gamboa, Sílvia Sánchez. (2001) *A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século*. Campinas: Associados.

Garcia, Sandra Regina de Oliveira. (2012). “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. Ed. UNISINOS.

Gomes, Francisco Nivaldo Araújo. (2015). *Gestão da educação profissional do Estado do Ceará: uma análise do perfil de competências dos gestores*. Salvador: UFBA. [Dissertação].

Gramsci, A. (1981). *La alternativa pedagógica*. Barcelona: Editorial Fontamara.

Grinspun, Mirian P. S. Zippin. (2011). *Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas*. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

Gullar, Ferreira. (2006) *Sobre arte, sobre poesia (uma luz no chão)*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Kuenzer, A. (2012) *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. Editora Cortez.

Kuenzer, A. (2010). *O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida?* In: Educação & Sociedade (Impresso), Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873.

Lima, D. L. (2015). *A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior*. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2.

Ludke, M.; André, M. (2012). *Pesquisa em Educação: Abordagens educativas*. São Paulo: Epu, 5ªed.

Machado, Antônio de Souza. (2011). *Acompanhamento de Egressos: Caso CEFET/CE – Unidade Ceará*. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Pós-Graduação, UFSC.

Machado, L. (2012). *A Institucionalização da lógica das competências no Brasil*. Pró-Posições, Campinas.

Manacorda, M. (2007) *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Alínea, 2007.

Manacorda, M. (1994). *A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. (2013). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

Marx, K. (2006). *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural Ltda.

Marx, K. (1987). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural.

Menezes, E. T. (2001). *Reforma Capanema*. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em 15.jan.2018.

Mészáros, I. (2008) *A educação para além do capital*. Tradução: Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo.

Moll, Jaqueline. (2010). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo (recurso eletrônico): desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed.

Monteiro, Raquel Araújo. (2015). *Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socio educacional: a transposição da lógica empresarial para a escola pública*. Fortaleza: UFC.

Moreira J., F. O. (2009). *Análise dos cursos profissionalizantes do instituto CENTEC, área da construção civil, sob a ótica da qualidade em serviços estudo de caso*. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Navarro, E. A. (2013). *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Global.

Nosella, Paolo. (2007). *Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 12, n. 34, p. 137-151, jan./abr.

Oliveira, R. (2003). *Direito à educação: uma questão ético-política*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 98.

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Evaluation and Research Methods* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Perrenoud, P. (2002). *As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed.

Petit, A. (2014). *Produção da Escola/Produção da Sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pistrak, M.M. (2013). *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

Pochmann, M. (2004). *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* Campinas, Revista Educação & Sociedade, v.25 n.87, maio/ago.

Pochmann, M. (2004). *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Pochmann, M. (2009). *Modernizar sem excluir*. Fortaleza. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil.

Prado, Fernando Leme (2011). *Metodologia de Projetos*. São Paulo: Saraiva.

Ramos, M. (2013) *O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul./set.

Ramos, M. (2012). *Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

Ramos, M. (2005). *Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado*. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, J. (2005). *Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de Educação Profissional*. Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

Romanelli, O. (1997) *História da educação no Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Rosa, M. (2014). *A inexigibilidade das contribuições destinadas ao Sistema “S”, por parte das sociedades civis prestadoras de serviços*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/.pdf>. Acesso em 15.jan.2018.

Santos, Jean Mac Cole Tavares. (2017). *De Novo Ensino Médio aos problemas de sempre: entre marasmos, apropriações e resistências escolares*. Fortaleza: Edições UFC.

Saviani, D. (2009). *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-EPSJV.

Saviani, D. (2003). *O choque teórico da politécnica: trabalho, educação e saúde*. Revista da EPSJV/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

Saviani, D. (2006). *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. In: 29ª Reunião da Anped, 2006. Caxambu.

Saviani, D. A (2000). *Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. 6.ed. Campinas: Autores Associados.

Seduc. (2015) Secretaria da Educação do Estado do Ceará. *Expansão da educação profissional no Ceará é destaque nacional*. 2015. Disponível em: www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br. Acesso em 15.jan.2018.

Schultz, T. W. (1973). *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar.

Simões, C. A. (2007). *Juventude e educação técnica: a experiência na formação de jovens*

trabalhadores do colégio estadual Prof. Horácio Macedo/CEFETRJ. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ.

Sparkes, A. C.(1998). *Validity in qualitative inquiry and the problem of criteria: implications for sport psychology*. Sport Psychologist, v. 12, n. 4, p 363-386.

Strauss, A., & Corbin, J. (1998) . *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Ground Theory*. (2nd Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Tardif, M. (2012). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis (RJ): Vozes.

Teixeira, Anísio. (1997). *Educação e o mundo moderno*. 2ªed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Thiollent, M. (2013). *Metodologia de pesquisa-ação*. 15ª ed. São Paulo: Cortez.

UNESCO. (2005). *Educação para todos: o imperativo da qualidade: relatório conciso*. Disponível em. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137334POR.pdf> Acesso em: 16 set. 2018.

Yin, R. K. (2005). *Case Study Research. Design and Methods*. Thousand Oaks: Sage.

Xavier, Maico Oliveira. (2012). *Cabôcullos são os Brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real (século XIX)*. Fortaleza: SECULT.

Xavier, Maico Oliveira. (2010). *Índios e Jesuítas na Aldeia da Ibiapaba (1700-1759)*. Revista Historiar, ano II, n. I, p. 43-62.

Zanetic, J. (2011). *Ciência, seu desenvolvimento histórico e social - implicações para o ensino técnico*. São Paulo: SE/CENP.

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter autorizado por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo os critérios acordados de sigilo e de não gravação da entrevista, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do (a) declarante abaixo assinado (a) para a realização desta pesquisa.

Ceará, de de

(nome por extenso)
Assinatura do Professor Participante

Anexo 2

Blocos de Entrevistas

Bloco 1 - Construção da integração curricular

- 1.1 O que você entende por integração curricular?
- 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?
- 1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional?
- 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?
- 1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?

Bloco 2 - Competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho

- 2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?
- 2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?
- 2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional?
- 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?

Bloco 3 - Inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho.

- 3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região?
- 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?
- 3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?
- 3.4 A Unidade Escolar tem um projeto ou programa para o acompanhamento dos egressos

Anexo 3

TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS POR MEIO DA ANÁLISE DO CONTEÚDO DE BARDIN (2006)

As categorias de análise são: **Integração curricular, Competências para o mercado de trabalho e Inserção profissional e social.**

As subcategorias são: **Articulação, Coletivo, Práxis, Cidadania, Sucesso profissional, Empreendedor.**

Bloco 1 - Construção da integração curricular

Professor 1 Escola 1	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A integração se efetiva sempre relacionando a teoria com a prática não havendo essa cisão entre o manual e o intelectual. A equipe sempre está atenta para essa integração e as disciplinas e os conteúdos se interligam não havendo hiato entre elas.	Interligação	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 2 Escola 1	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Não existe na minha concepção cisão entre ciência e tecnologia, pelo menos não deveria, elas andam em conjunto avançando em prol da sociedade e a teoria também tem que andar ao lado com a prática. Não pode só haver teoria e não só a prática	Interligação	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 3 Escola 2	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Na minha trajetória profissional fiz da ciência o objeto de trabalho e não consigo atuar separando o que é dito científico do que se institui como prático, devemos sempre nos atualizar e renovar e exigir renovação no chão da escola e da fábrica ou da empresa, atuando para esta mudança para acabar com esse pensamento cristalizado.	Renovação	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 4 Escola 2	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
É sempre um desafio fazer essa integração, muita reunião, planejamento e discussão para que todos e todas se entendam e falem a mesma língua e tenham o mesmo norte. As coordenações junto com os professores estão sempre avaliando e acompanhando o processo	União	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 5 Escola 3	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A política de integração curricular implementada na escola apresenta méritos quando comparadas às políticas públicas que se configuraram no Estado nos anos últimos anos. Estamos sempre avaliando e replanejando nossas ações curriculares de forma interdisciplinar e	Avaliação	Integração curricular	Articulação	-----

integrativa				
-------------	--	--	--	--

Professor 6 Escola 3	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A ciência presente no ato educativo é essencial para o processo de superação do antigo pelo novo e permite que eu realize reflexões advindas da minha ação enquanto professor de um curso profissionalizante	Reflexão	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 7 Escola 4	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A escola está sempre em sintonia com as necessidades da região e por isso nosso currículo está sempre atualizado e integrado. Todos os docentes discutem como as disciplinas devem dialogar e não há a mais importante ou a menos importante	Diálogo	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 8 Escola 4	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sem formação científica e não há formação tecnológica no ensino profissional” e “sem teoria não há prática	Práxis	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 9 Escola 5	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador

Formação científica e não há formação tecnológica no ensino profissional	Práxis	Integração curricular	Articulação	-----
--	---------------	------------------------------	--------------------	-------

Professor 10 Escola 5	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A integração é compreendida pela nossa equipe de professores, coordenadores e gestores como a totalidade que atende as questões sociais da região dentro de um caráter educativo	Unidade	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 11 Escola 6	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Formação técnica dos alunos deve estar articulada a compreensão dos princípios científicos e tecnológicos que estão na base da organização da produção moderna. O ensino técnico deve ser concebido na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.	Organização	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 12 Escola 6	1.1O que você entende por integração curricular? 1.2 Em sua unidade escolar como se processa essa integração?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A integração só se efetiva por planejamento e um projeto pedagógico bem alinhado e ajustado aos interesses da sociedade local e que deve possuir fundamentação teórica amparada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e também devemos ter a presença de princípios mais atrelados aos anseios dos	Construção	Integração curricular	Articulação	-----

trabalhadores porque quanto mais imprimir o caráter concreto do trabalho à política ou à educação, é um ato histórico, que temos que construir.				
---	--	--	--	--

Professor 1 Escola 1	1.3Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Uma não vive sem a outra. Articulamos com planejamento.	Planejamento	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 2 Escola 1	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Total, com planejamento articulamos	Planejamento	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 3 Escola 2	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Articulamos por interdisciplinaridade	-----	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 4 Escola 2	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Interdisciplinaridade é a articulação	-----	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 5 Escola 3	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Não existe a maior ou melhor as duas são importantes e atuamos por interdisciplinaridade.	-----	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 6 Escola 3	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Articulamos pela interdisciplinaridade.	-----	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 7 Escola 4	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Eu navego no barco da interdisciplinaridade aqui nesta escola porque me permite compreender que é possível criar e reconhecer os saberes consequentes da integração curricular entre as diversas disciplinas dos meus colegas. A tenho como crítica a uma educação fragmentada me permitindo a uma reflexão aprofundada sobre o ensino profissional	Reflexão	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 8 Escola 4	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador

Importância total. De forma interdisciplinaridade	-----	Integração curricular	Articulação	-----
---	-------	------------------------------	--------------------	-------

Professor 9 Escola 5	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A ciência promove crescimento e a apropriação do conhecimento científico promove a ação do aluno sobre o objeto a ser conhecido. De forma interdisciplinar articulamos a prática e a teoria.	Promoção	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 10 Escola 5	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A ciência e a tecnologia alimentam-se uma à outra, impulsionando ambas para a frente. Articulação interdisciplinar	Impulsionar	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 11 Escola 6	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
São produtos culturais, uma produção social e trabalhamos de forma interdisciplinar.	Cultura	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 12 Escola 6	1.3 Qual a importância da formação científica e da formação tecnológica no ensino profissional? 1.4 Como são articuladas as dimensões teórica e prática das disciplinas?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A formação científica e a formação tecnológica são importantes porque são culturais e indissociáveis. Articulamos a	Cultura	Integração curricular	Articulação	-----

teoria e a prática de forma interdisciplinar.				
---	--	--	--	--

Professor 1 Escola 1	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim	-----	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 2 Escola 1	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, em nosso planejamento anual e bimestralmente revisamos	Planejamento	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 3 Escola 2	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim utilizando metodologia de projeto	Metodologia	Integração curricular	Articulação	

Professor 4 Escola 2	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, utilizando metodologia de projeto	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 5 Escola 3	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador

Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----
-------------------------------	--------------------	------------------------------	--------------------	-------

Professor 6 Escola 3	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 7 Escola 4	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----

Professor Escola 4	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	

Professor 9 Escola 5	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 10 Escola 5	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, trabalhamos por projetos	Metodologia	Integração curricular	Articulação	-----

Professor 11 Escola 6	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
------------------------------	---	--	--	--

Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Trabalho por projetos utilizo o conceito de educar pela pesquisa.	Metodologia	Integração curricular	Articulação	

Professor 12 Escola 6	1.5 Trabalhar na perspectiva integradora e interdisciplinar é uma realidade em sua unidade escolar?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Sim, utilizamos a metodologia ativa. A aprendizagem por projetos contribuem para mobilizar as competências desejadas – intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais. Me coloco como um “facilitador da autonomia”	Metodologia Ativa	Integração curricular	Articulação	

Bloco 2 - Competências desenvolvidas nos alunos para o mercado de trabalho

Professor 1 Escola 1	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
O trabalho para nosso aluno é vital para sua vida no meio desse sertão tão difícil, como trabalhar para ele é de vital importância nós aqui na escola estamos sempre preocupados em prepará-lo bem para a vida profissional e pessoal, indo além da formação mecânica e técnica da futura profissão, mas sim como um homem pleno. Trabalhamos sempre de forma integrada tanto nas disciplinas quanto nas atividades desenvolvendo projetos amplos e culturais	Integral	Coletivo	Competências	-----

Professor 2 Escola 1	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Trabalhamos de forma integrada	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 3 Escola 2	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Para nosso aluno trabalhar é de suma importância além de se colocar socialmente. Sustentar a família ou se sustentar é pelo trabalho e com isso nossa responsabilidade como professor é grande. Fazemos o melhor, seguimos as orientações da secretaria aqui na escola e estamos sempre atentos com o mercado local formando técnicos que sejam absorvidos pelas cidades da Serra	Sustento	Coletivo	Competências	-----

Professor 4 Escola 2	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Trabalhamos de forma integrada	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 5 Escola 3	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Ter trabalho dignifica o homem e neste sertão trabalhar é vital. As	Orientações	Coletivo	Competências	

idades estão crescendo, a economia está boa e necessita de mão de obra qualificada para as cidades aqui da Serra. Para nós aqui nesta escola trabalho é mais do que ação mecânica pois o tratamos de forma pedagógica, se é princípio educativo eu não sei, mas o que sei que é didático pois seguimos as orientações da secretaria e estamos sempre juntos com as coordenações reciclando e atualizando nossa ação.				
---	--	--	--	--

Professor 6 Escola 3	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Seguimos as orientações dos coordenadores e secretarias.	Orientação	Coletivo	Competências	

Professor 7 Escola 4	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
No ensino profissionalizante havia uma tendência no nosso país a formar só trabalhador braçal sem pensamento e cultura atendendo só a máquina do capital. Aqui na Serra no caso do Estado do Ceará que eu posso falar, a Secretaria definiu depois de muitos estudos e nos ouvindo as necessidades e quais os cursos deveriam existir em cada cidade. Hoje atuamos não mais só colocando gente no mercado pra trabalhar, mas sim formando gente.	Necessidades	Coletivo	Competências	-----

Professor 8 Escola 4	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Formamos pessoas e não máquinas.	Necessidades	Coletivo	Competências	-----

Professor 9 Escola 5	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Trabalhamos para uma formação integrada e interdisciplinar.	Integração	Coletivo	Competências	-----

Professor 10 Escola 5	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Trabalhamos para uma formação integrada e interdisciplinar, sempre juntas a formação geral e a educação profissional, técnica e tecnológica de nível médio. Nos esforçamos muito para formar um profissional mais que um mero trabalhador que cumpre ordens.	Integração	Coletivo	Competências	-----

Professor 11 Escola 6	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A instrução formal acadêmica do e para o trabalho, deve estar	Regulação	Coletivo	Competências	-----

presente na formação dos alunos que serão capazes não só de produzir, mas também quero reforçar, de serem dirigentes, representantes da sociedade em que vivem. Para isso, é muito necessário tanto o conhecimento das leis da natureza como das humanidades e da ordem legal que regula a vida local				
---	--	--	--	--

Professor 12 Escola 6	2.1 Como na sua unidade escolar o trabalho é desenvolvido como princípio educativo?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Na nossa unidade escolar atuamos de forma integrada com as disciplinas, sempre articulando os interesses dos alunos, secretaria de educação e sociedade. Não formamos trabalhadores submissos e alienados porque mais do que dignidade ele tem postura crítica e atuação social	Integrada	Coletivo	Competências	-----

Professor 1 Escola 1	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Ter capacidade ampla	----- -	Coletivo	Competências	-----

Professor 2 Escola 1	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Ter altos conhecimentos	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 3 Escola 2	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Ter habilidade alta?	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 4 Escola 2	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Domínio da profissão	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 5 Escola 3	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
-----	----- -	Coletivo	Competências	-----

Professor 6 Escola 3	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
-----	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 7 Escola 4	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Conhecimento pleno do conteúdo		Coletivo	Competências	-----

Professor 8 Escola 4	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador

São competências do Perrenoud?	-----	Coletivo	Competências	-----
--------------------------------	-------	-----------------	---------------------	-------

Professor 9 Escola 5	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
-----	----- -	Coletivo	Competências	-----

Professor 10 Escola 5	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Competências cognitivas complexas como a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles	Conhecimento	Coletivo	Competências	-----

Professor 11 Escola 6	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Uma aventura intelectual e deve se opor à excessiva fragmentação e inflexibilidade comuns à pedagogia por objetivos, na qual se sabe exatamente como começará e como terminará o ano letivo. Na minha escola trabalhamos com situações problemas dentro da metodologia de projetos trazendo vivências para o futuro profissional do cotidiano no mercado	Conhecimento	Coletivo	Competências	-----

Professor 12 Escola 6	2.2 O que você entende por “competências cognitivas complexas”?			
------------------------------	---	--	--	--

Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Competências cognitivas complexas como a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles	Conhecimento	Coletivo	Competências	-----

Professor 1 Escola 1	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Integrar eu compreendo como uma integralidade, um sentido de completo e que se constitui a proposta pedagógica da nossa escola voltada para a educação geral integrada à educação profissional, com isso atendemos ao mercado local, visto que nossos alunos logo que se formam são empregados	Educação	Coletivo	Competências	-----

Professor 2 Escola 1	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
O sucesso e a empregabilidade dos nossos alunos nos mercados locais da região falam por si e quanto a formação integral de nossos alunos verifique nossos planejamentos e veja o quanto nos esforçamos para formar integralmente o trabalhador daqui da Serra desenvolvendo os conteúdos de forma interdisciplinar e integrativa.	Integração	Coletivo	Competências	-----

Professor 3 Escola 2	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A que promove qualidade	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 4 Escola 2	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Unir tudo ter cultural e técnica.	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 5 Escola 3	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
É a integração?	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 6 Escola 3	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Ter qualidade?	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 7 Escola 4	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de	Categoria	Subcategoria	Observações do

	significação			investigador
A formação integrada em nosso entender supera o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho. Trabalhamos para que ocorra a integração entre a ação e executar, pensar e dirigir ou planejar. Por isso nosso aluno é muito bem visto e empregado logo que se forma no mercado local.	Integração	Coletivo	Competências	-----

Professor 8 Escola 4	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A formação integrada em nosso entender supera o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho. Trabalhamos para que ocorra a integração entre a ação e executar, pensar e dirigir ou planejar. Por isso nosso aluno é muito bem visto e empregado logo que se forma no mercado local.	Integração	Coletivo	Competências	-----

Professor 9 Escola 5	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Formar o aluno para ao mercado com competência profissional.	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 10 Escola 5	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Formar para o mercado com competência total.	-----	Coletivo	Competências	-----

Professor 11 Escola 6	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A formação integrada é um projeto didático pedagógica e devemos considerar ter que haver algumas mudanças no modo político-social existente em nossa escola. Essas mudanças têm relação com a superação da dualidade científico e técnico, dando oportunidade de uma educação geral e educação profissional universal, pública, gratuita e que não tenha a só interesse de formar para uma profissão ou para os interesses perversos do mercado de trabalho, que vive em constantes transformações.	Educação	Coletivo	Competências	-----

Professor 12 Escola 6	2.3 O que você entende por formação integral na educação profissional? 2.4 As competências desenvolvidas atendem aos interesses do mercado de trabalho local?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Temos que realizar essa integração promovendo a qualidade das escolas públicas de formação	Integração	Coletivo	Competências	-----

inteira e humanista. Nossos alunos são muito bem aceitos e contratados pelo diferencial na sua formação e claro que trabalhamos para atender as necessidades e desenvolvimento de competências para o mercado local.				
--	--	--	--	--

Bloco 3 - Inserção profissional e social dos alunos no mercado de trabalho.

Professor 1 Escola 1	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A concepção de educação profissional aqui na Serra está relacionada ao trabalho como princípio educativo integrando o conhecimento básico e aplicado e a nossa escola está diretamente conectada aos empresários locais para saber como e onde alocar nossos alunos em estágios e futuros contratos.	Conexão	Integração	Práxis	-----

Professor 2 Escola 1	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A educação profissional para a região deve transformar o ensino de conteúdos em competências para o trabalho	Transformar	Integração	Práxis	-----

local, sendo força de desenvolvimento da economia e assim será sempre um canal de absorção dos nossos alunos como futuros profissionais.				
--	--	--	--	--

Professor 3 Escola 2	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A educação profissional é um projeto coletivo que atende as solicitações da sociedade local para impulsionar a economia da região por isso o sucesso e a absorção quase 100 % dos nossos alunos no mercado.	Absorção	Integração	Práxis	-----

Professor 4 Escola 2	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A educação profissional para a região é uma resposta às necessidades da região e um retorno político com interesse no desenvolvimento de determinados setores da economia por isso nossos alunos são bem aproveitados.	Desenvolvimento	Integração	Práxis	-----

Professor 5 Escola 3	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador

Inserção no mercado.	-----	Integração	Práxis	-----
----------------------	-------	-------------------	---------------	-------

Professor 6 Escola 3	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Inserção no mercado.	-----	Integração	Práxis	-----

Professor 7 Escola 4	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Educação profissional que promova, por meio da elevação da escolaridade com qualidade a qualificação para o mercado de trabalho promovendo o desenvolvimento local e ressalta que os alunos são em totalidades aproveitadas porque há uma grande sintonia da escola com os empresários.	Desenvolvimento	Integração	Práxis	-----

Professor 8 Escola 4	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Inserção no mercado	-----	Integração	Práxis	-----

Professor 9 Escola 5	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2			
-----------------------------	--	--	--	--

	Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Inserção no mercado	-----	Integração	Práxis	-----

Professor 10 Escola 5	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A educação profissional deve garantir trabalho para os jovens, mas também facilite seu acesso ao mercado com qualificação para exercerem suas atividades, e, destaca que este é o diferencial que faz com que os alunos sejam integrados logo depois de formados.	Acesso	Integração	Práxis	-----

Professor 11 Escola 6	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Instrumento de conquista .	-----	Integração	Práxis	-----

Professor 12 Escola 6	3.1 Qual a sua concepção de educação profissional para a região? 3.2 Como se processa a relação na região da escola com o mercado para absorção dos futuros profissionais?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
A concepção de educação profissional para a região	Competência	Integração	Práxis	-----

parte principalmente de ser um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho e que a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo que deve contribuir para a aquisição de competências demandadas pelo mercado de trabalho para que haja sucesso pleno na inserção do aluno como profissional.				
--	--	--	--	--

Professor 1 Escola 1	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 2 Escola 1	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 3 Escola 2	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de	Categoria	Subcategoria	Observações do

	significação			investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 4 Escola 2	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 5 Escola 3	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 6 Escola 3	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho.	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 7 Escola 4	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor Escola 4	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 9 Escola 5	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 10 Escola 5	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

--	--	--	--	--

Professor 11 Escola 6	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----

Professor 12 Escola 6	3.3 Existe monitoramento dos alunos absorvidos no mercado de trabalho da região?			
Unidade de registro	Unidade de significação	Categoria	Subcategoria	Observações do investigador
Mapas de Inserção dos Egressos no Mercado de Trabalho	-----	Inserção	Cidadania, Sucesso Empreendedor	-----